



# Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Conselheiro Pena – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

## Sumário

1	Introdução .....	10
2	Metodologia .....	15
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico .....	15
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto .....	24
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados .....	24
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Conselheiro Pena	26
3.1	Caracterização Geral .....	26
3.2	Análise Temática .....	36
3.3	Diagnóstico de Comunidades Rurais Próximas ao Rio Doce .....	83
3.4	Clipping de Notícias .....	86
3.5	Textos Acadêmicos .....	90
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas .....	95
4.1	Turismo .....	95
4.2	Cultura .....	95
4.3	Esporte e Lazer .....	97
5	Avaliação de Impactos .....	100
5.1	Metodologia .....	100
5.2	Resultados .....	120
6	Créditos e Referências .....	135
	Entrevistados no Município .....	135



Equipe Técnica.....	135
Referências .....	139

## Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone .....	20
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais .....	21
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais .....	22
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce.....	23
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva .....	23
Figura 6 Mapa de localização município de Conselheiro Pena .....	31
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Conselheiro Pena .....	40
Figura 8 Ponto de Táxi .....	54
Figura 9 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura .....	62
Figura 10 Caixa d'Água.....	73
Figura 11 Gruta de Nossa Senhora Aparecida.....	74
Figura 12 Antigo Hotel Renascença .....	74
Figura 13 Residência onde funcionou a primeira sede da Prefeitura .....	75
Figura 14 Antiga Avenida Israel Pinheiro.....	76
Figura 15 Educação Patrimonial Conselheiro Pena .....	77
Figura 16 Comunidade Barra do Cuieté .....	84
Figura 17 Barra do Cuieté .....	85

Figura 18 Nuvem de termos para o clipping do município de Conselheiro Pena .....	89
Figura 19 Detalhe dos danos sobre a ictiofauna .....	92
Figura 20 Modelo de Gráfico de Radar .....	106
Figura 21 Exemplos de gráficos de radares de impactos positivos e negativos.....	107
Figura 22 Classificação da Significância de Impactos.....	108
Figura 23 Imagens do rio Doce no município de Conselheiro Pena.....	123

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Conselheiro Pena .....	35
Gráfico 2 Impacto na imagem do município .....	122
Gráfico 3 Impacto Ambiental na Paisagem.....	124
Gráfico 4 Impactos econômicos sobre o setor de turismo .....	126
Gráfico 5 Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações...	128
Gráfico 6 Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer .....	130

## Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR .....	18
Tabela 2 Taxa de urbanização de Conselheiro Pena e de Minas Gerais (%) .....	27
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Conselheiro Pena e de Minas Gerais .....	29
Tabela 4 IDHM e seus componentes – Conselheiro Pena e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010) .....	32
Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Conselheiro Pena e de Minas Gerais (2010 – 2013) .....	34

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010) .....	36
Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística –Conselheiro Pena .....	38
Tabela 8 Equipamentos de hospedagem .....	46
Tabela 9 Equipamentos de Alimentos e Bebidas .....	48
Tabela 10 Locais e Templos de Fé/Edificações .....	56
Tabela 11 Despesas previstas e liquidadas – Conselheiro Pena, 2014-2015 .....	65
Tabela 12 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Conselheiro Pena, 2013-2017 .....	67
Tabela 13 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Conselheiro Pena, 2014-2016 .....	68
Tabela 14 Atrativos Culturais.....	70
Tabela 15 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer .....	82
Tabela 16 Clipping de notícias do município de Conselheiro Pena .....	86
Tabela 17 Síntese de citações .....	91
Tabela 18 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão ....	101
Tabela 19 Modelo Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais .....	103
Tabela 20 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais .....	131
Tabela 21 Lista de participantes de reunião institucional em Conselheiro Pena .....	135
Tabela 22 Equipe Técnica .....	135

## LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI - Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC – Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP – Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais





## Introdução

## 1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Conselheiro Pena, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório<sup>1</sup> e compensatório<sup>2</sup>, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

---

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico<sup>3</sup>, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Conselheiro Pena aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

---

<sup>3</sup> Diagnóstico Socioeconômico, Município de Conselheiro Pena/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria



A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Conselheiro Pena. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico<sup>4</sup>; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

---

<sup>4</sup> Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.





**Metodologia**

## 2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica<sup>5</sup> da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os municípios que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

### 2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

---

<sup>5</sup> Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que,



com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1 na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

*Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR*

<b>INVTUR</b>	<b>Tipo de informação</b>	<b>Como obter a informação</b>
<b>Formulário A1</b>	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
<b>Formulário A.2.2</b>	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
<b>Formulário A4</b>	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
<b>Formulário A7</b>	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
<b>Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)</b>	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
<b>Módulo C</b>	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
<b>Formulário de Eventos</b>	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
<b>Formulário de Gastronomia</b>	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: <http://teste.minasgerais.com.br/admin/login>

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:



- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização<sup>6</sup>. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.



*Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

---

<sup>6</sup> O *TapSee* permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



*Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários para pescadores, moradores locais e ribeirinhos que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, por exemplo, as lojas que comercializam produtos voltados a pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



*Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca e documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva.





*Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



*Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos, fotos.

## **2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto**

Os procedimentos adotados para avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

## **2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados**

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume à parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

### **3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Conselheiro Pena**

#### **3.1 Caracterização Geral**

##### **3.1.1 Histórico de Ocupação do Município**

A ocupação da região na qual Conselheiro Pena está localizado foi realizada, segundo indícios, pelos índios Botocudos<sup>7</sup>. Posteriormente, em função da fertilidade de seu solo e da presença de pedras preciosas, deu-se a fixação de grupos e a origem de seu primeiro povoado. No ano de 1908, foi inaugurada a Estação Ferroviária de Lajão, a atual Estrada de Ferro Vitória a Minas, fazendo com que as atividades econômicas passassem a girar em torno da agricultura (FERREIRA, 2016).

O povoado se tornou distrito, pertencente ao município de Itanhomi, denominando-se Lajão até o ano de 1938, quando passou a chamar-se Conselheiro Pena, por meio do Decreto-Lei Estadual nº 148. Este mesmo Decreto-Lei foi responsável por sua emancipação (FERREIRA, 1959; IBGE, 2016).

##### **3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura**

A área na qual Conselheiro Pena está situada corresponde a 1.487,31 Km<sup>2</sup>, pertencendo à Mesorregião Vale do Rio Doce e à Microrregião de Aimorés (ATLAS BRASIL, 2016). Sua temperatura média anual é de 24,7° C.

Seus municípios limítrofes são: Alvarenga, Central de Minas, São Geraldo do Baixio, Galiléia, Tumiritinga, Itanhomi, Tarumirim, Pocrane, Santa Rita do Itueto, Resplendor, Goiabeira e Cuparaque. Conselheiro Pena possui os seguintes distritos: Aldeia, Barra do

---

<sup>7</sup> Os Machacalis e os Krenaks são remanescentes dos índios Botocudos. Atualmente, essas tribos vivem no Vale do Rio Doce, Jequitinhonha, Rio Doce e no centro oeste paulista (CONSELHEIRO PENA, 2016).

Cuieté, Bueno, Conselheiro Pena, Cuieté Velho, Ferruginha, Goiabeira e Penha do Norte (IBGE, 2016; MINAS GERAIS, 2016).

### 3.1.3 Aspectos Demográficos:

De acordo com o IBGE, a população de Conselheiro Pena em 2016 era de 23.192 mil habitantes e sua densidade demográfica de 14,95 habitantes por km<sup>2</sup> (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Conselheiro Pena foi de -0,97%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município registrou taxa média anual de 0,06%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença pouco significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 75,15%, em 2000, ascendeu em 10 anos, passando para 79,13%, em 2010. O mesmo pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016).

*Tabela 2 Taxa de urbanização de Conselheiro Pena e de Minas Gerais (%)*

		1991	2000	2010
<b>Conselheiro Pena</b>	População urbana	67,32	75,15	79,13
	População rural	32,68	24,85	20,87
<b>Minas Gerais</b>	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil



Quanto ao gênero, em 2010 a população de Conselheiro Pena era composta por 48,35% de homens e 51,65% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,2% e 50,8%, respectivamente, não se observando, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Conselheiro Pena, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 37,07%, em 1991, para 20,33%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

Porém, o percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (8,84%, em 1991, para 14,11%, em 2010), é menor do que o encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Além disso, observa-se que, em 2010, somente 4,91% da população de Conselheiro Pena possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Conselheiro Pena possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda seja significativamente inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento<sup>8</sup>, observa-se que em Conselheiro Pena, no ano 2000, a razão de dependência foi de 59,02%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 52,56%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 10,11% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

---

<sup>8</sup> A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.



*Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Conselheiro Pena e de Minas Gerais*

		1991	2000	2010
<b>Conselheiro Pena</b>	Razão de dependência	68,28%	59,02%	52,56%
	Taxa de envelhecimento	6,18%	8,13%	10,11%
<b>Minas Gerais</b>				
<b>Minas Gerais</b>	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil

Identifica-se, assim, diferenças pouco significativas entre os valores atribuídos a Conselheiro Pena e o estado, especialmente naquilo que se refere à razão de dependência.

### 3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O acesso ao município de Conselheiro Pena se dá pelas vias terrestre e ferroviária, contando com a Estação Ferroviária de Conselheiro Pena<sup>9</sup> e com a Rodoviária de Conselheiro Pena<sup>10</sup>. Estando ambas em bom estado de conservação, são administradas pela iniciativa privada e pública, respectivamente.

Conselheiro Pena é atendido pela BR-259 e pela BR-381, situando-se a 400 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e encontrando-se próximo a cidades como Governador Valadares (92 Km) e Galiléia (25 Km). Além disso, estradas vicinais ligam a sede aos distritos e à zona rural. O transporte intermunicipal é realizado pela empresa Águia Branca (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

9 Endereço: Avenida João Siqueira S/N, bairro São Luís, CEP: 35240-000. Telefone: 0800 285 7000.

10 Endereço: Rua Nilo Moraes Pinheiro 1.111, bairro Barra da Estação Velha, CEP: 35240-000.

O aeroporto mais próximo é o Aeroporto Coronel Altino Machado de Oliveira, em Governador Valadares (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Conselheiro Pena conta com as empresas Oi, Tim e Vivo como as principais operadoras de serviços de telefonia e internet móveis. As emissoras de rádio do município são a Onda Nova FM e a Comunitária Bom Pastor.

A figura a seguir aponta à localização e as principais vias de acesso ao município de Conselheiro Pena.

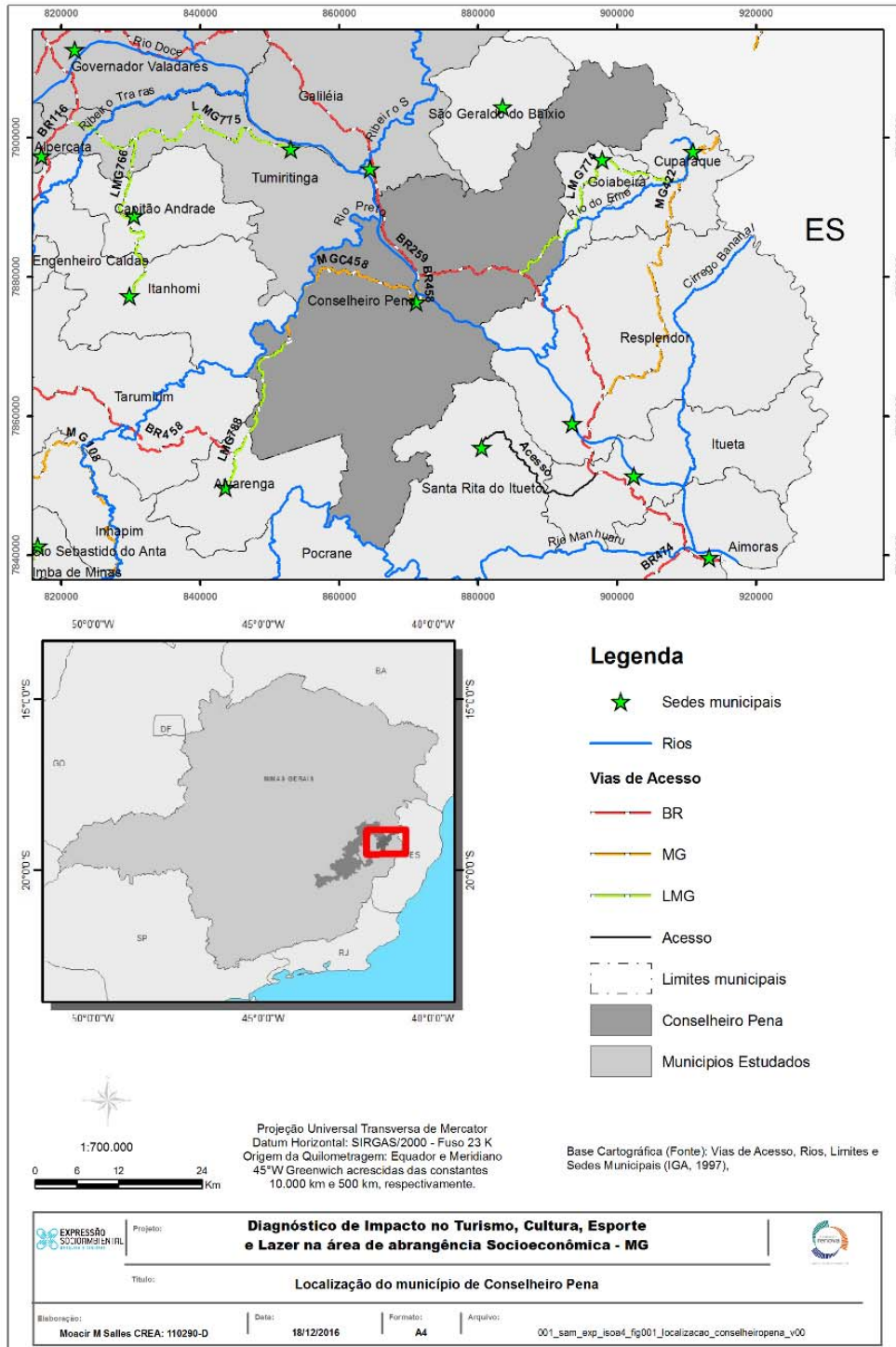


Figura 6 Mapa de localização município de Conselheiro Pena

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Conselheiro Pena, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,251 do IDHM total, 0,173 do IDHM longevidade, 0,119 no IDHM renda e 0,439 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

*Tabela 4 IDHM e seus componentes – Conselheiro Pena e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)*

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
<b>Conselheiro Pena</b>	0,411	0,578	0,662	0,664	0,766	0,837	0,527	0,634	0,646	0,199	0,397	0,537
<b>Minas Gerais</b>	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil



O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Conselheiro Pena foi de 0,662 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,199 para 0,537. O índice referente a longevidade merece destaque, tendo alcançado 0,837 pontos em 2010 e, portanto, posicionando-se, tecnicamente, no mesmo patamar verificado para o índice de Minas Gerais.

No entanto, observa-se que o IDHM de Conselheiro Pena se manteve, de modo geral, constantemente abaixo do registrado para a média dos municípios mineiros.

### **3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas**

#### **3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta**

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macroestrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Conselheiro Pena, é possível identificar que o PIB do município se alterou significativamente no período de 2011 a 2013, passando de 12%, entre 2011 e 2012, para -1,1%, entre 2012 e 2013 (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 6,83% no período 2011-2013, sendo esta significativamente superior à do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Conselheiro Pena cresceu mais que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Conselheiro Pena e de Minas Gerais (2010 – 2013)

Local	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
<b>Conselheiro Pena</b>	246.151	9,6	275.755	12	272.647	-1,1
<b>Minas Gerais</b>	619.103	7	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

No tocante ao PIB *per capita*, destaca-se a sua baixa evolução no período, sendo de R\$10.098,92, em 2010, e R\$11.837,74, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135) (PRÁXIS, 2016).

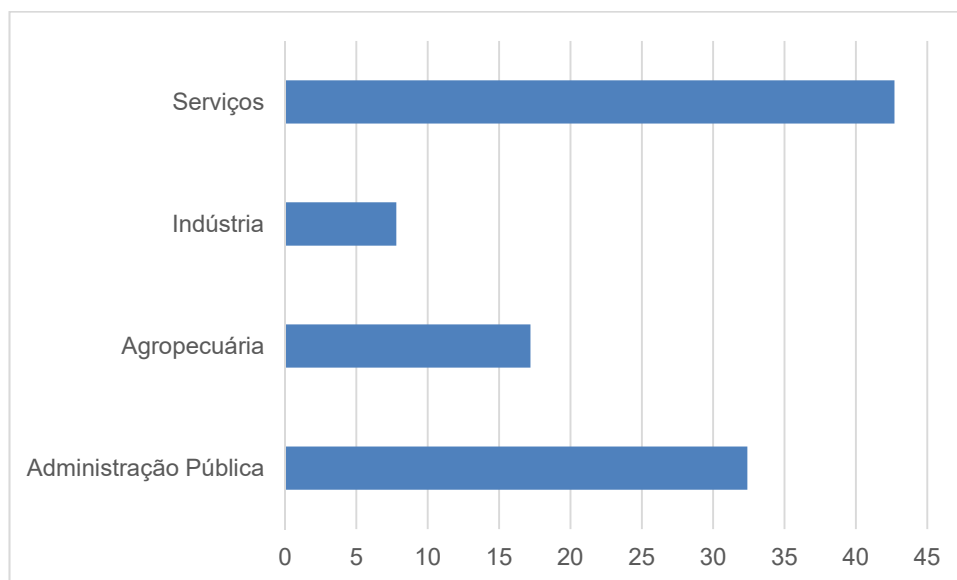
### 3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Conselheiro Pena encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 32,4% e 42,7%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Conselheiro Pena



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 7,8% e 17,2%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Especialmente para o setor industrial, observa-se diferença significativa entre o município e Minas Gerais (PRÁXIS, 2016).

### 3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Conselheiro Pena possuía 5.085 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 5.437 no ano de 2010, indicando crescimento. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

*Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)*

Localidade	2000	2010
Conselheiro Pena	5.085	5.437
Minas Gerais	7.153.508	9.264.527

Fonte: SIDRA IBGE.

Em 2014, a agropecuária era responsável por 228 empregos em 140 estabelecimentos, enquanto a indústria, especificamente de transformação, empregava 255 pessoas em 22 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 498 pessoas em 3 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

### 3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística, identificou-se que Conselheiro Pena conta com Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 1.802/1999) e Plano Diretor (Lei nº 016/2006).

O município possui, ainda, Lei de Proteção Ambiental (Lei nº 1.774/1988).

## 3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Conselheiro Pena. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.



Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas<sup>11</sup>. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Conselheiro Pena para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

O inventário de oferta turística realizado em Conselheiro Pena permitiu identificar um total de 71 bens, serviços e atrativos. O município possui alguns atrativos turísticos, sendo a Serra do Padre Ângelo seu principal atrativo natural. A avenida José Mauricio de Vasconcelos é o seu principal atrativo cultural, principalmente pelo patrimônio histórico que abriga, como as residências do início do povoamento do município, apesar disso o município conta com pouco equipamentos culturais.

---

11 No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

*Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística –Conselheiro Pena*

Tipo de manifestação	Total inventariado
<b>Equipamentos de apoio turístico</b>	<b>45</b>
Equipamento de hospedagem	4
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	26
Transporte	1
Locais/templos de manifestação de fé	14
Serviços e equipamentos para eventos	0
Outro serviço e equipamento turístico	0
<b>Equipamentos Culturais</b>	<b>5</b>
Meios de Comunicação	4
Equipamentos Culturais	1
<b>Equipamentos de Esporte e Lazer</b>	<b>7</b>
Equipamentos de Esporte e Lazer	7
<b>Atrativos</b>	<b>2</b>
Atrativo natural	1
Atrativo cultural	1
<b>Diversidade Cultural</b>	<b>12</b>
Grupos Culturais	6
Calendário Cultural	4
Gastronomia	2
<b>Total</b>	<b>71</b>

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.

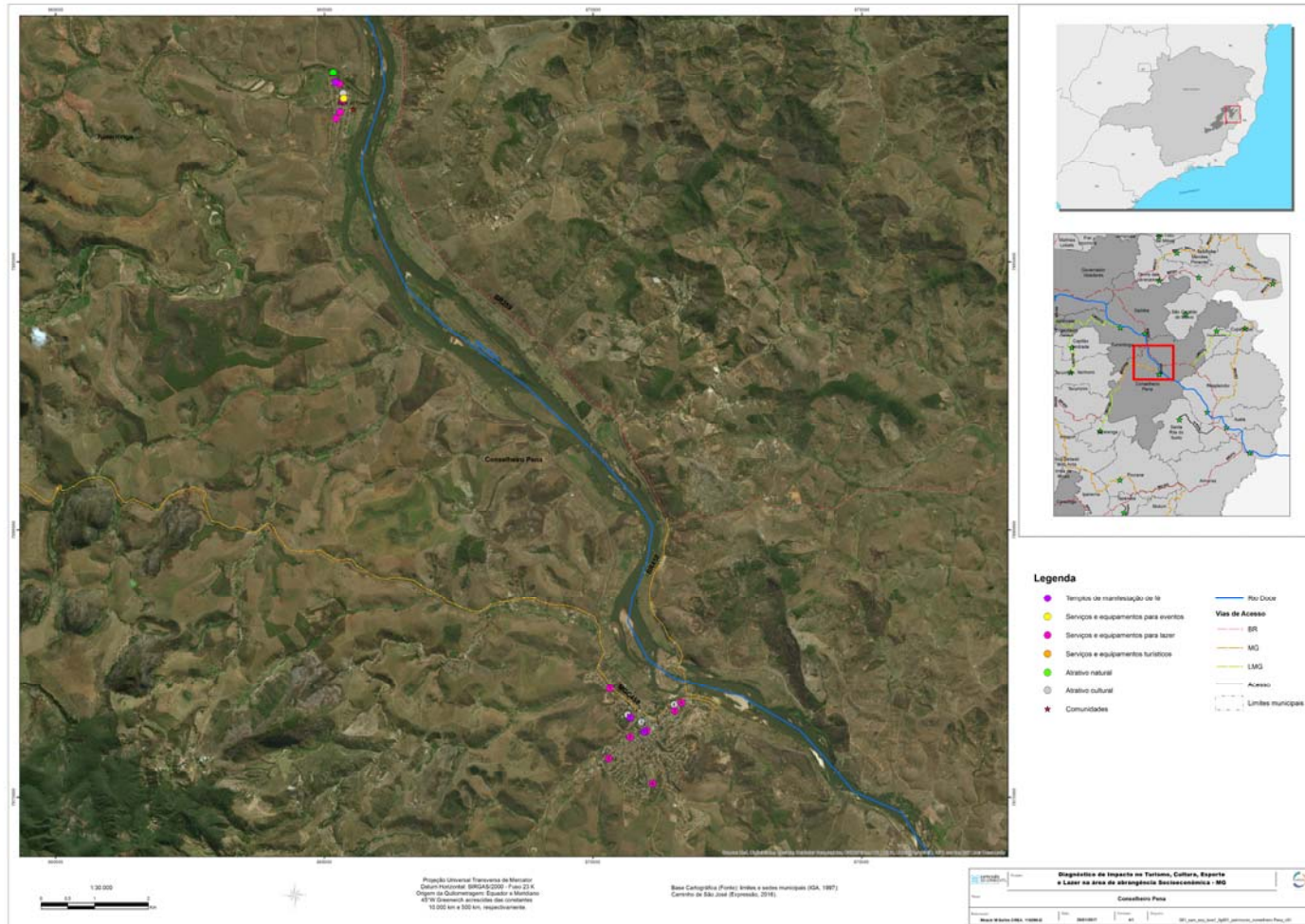


Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Conselheiro Pena

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016.



### 3.2.1 Turismo

#### 3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

### 3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2013), avalia, dentre outras variáveis, a “Organização Turística do Município<sup>12</sup>”. Este indicador se refere à participação do governo municipal na formulação e

---

12 O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Em 2009, quando o “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030/2009, Conselheiro Pena ainda não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural; à época apenas 44 municípios no estado possuíam tais políticas.

Em Conselheiro Pena o órgão responsável pela gestão das políticas públicas de turismo é a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo. Portanto, a gestão da política municipal de turismo está associada a outras duas temáticas - a agricultura e o meio ambiente.

O município não possui Plano Municipal de Turismo, a principal ferramenta de planejamento para o desenvolvimento da política de turismo local. Este deve ser elaborado com a participação da sociedade civil, a fim de contemplar as demandas da comunidade, do empresariado e organizações direta e indiretamente envolvidas com a atividade turística.

### **3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação**

O município possui Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) o qual é consultivo, de representação paritária e encontra-se ativo.

Segundo a SETUR/MG (2014), o Conselho de Turismo é “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

Considera-se este o principal mecanismo de participação e controle social nas decisões sobre os rumos da política de turismo do município, inclusive na elaboração do PMT. Os

fóruns e conferências municipais também podem se expressar como importantes instrumentos de participação, o município, contudo, ainda não conta com os mesmos.

### 3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

O Município não dispõe de Fundo Municipal de Turismo, importante instrumento de captação e ordenamento de recursos financeiros para viabilizar projetos e linhas de ações setoriais. Também não há dotação orçamentária destinada à política de turismo e legislação de incentivo ao turismo, que poderia auxiliar no desenvolvimento da atividade a nível municipal.

Todavia, segundo dados do IMRS, os gastos orçamentários de Conselheiro Pena na subfunção turismo, indicados nas prestações de contas anuais, representaram 0,7% do total do orçamento municipal em 2013, e 0% no ano de 2009 (FJP, 2013).

### 3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

O Município de Conselheiro Pena não participa do Programa Nacional de Regionalização e, conseqüentemente, não integra a política estadual dos Circuitos Turísticos - CTs, principal instrumento de gestão estadual.

Destaca-se a criação da Rede Municipal de Hospedagem Alternativa, criada em 2009 por iniciativa dos stakeholders do setor de turismo municipal, sendo esta uma iniciativa para fortalecer o desenvolvimento do turismo no município.

O município não participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo, que visa a investir e organizar os municípios mineiros por meio de repasses mensais de recursos, condicionados à formatação/implantação, por parte dos municípios, de programas e projetos destinados ao desenvolvimento turístico sustentável.



### 3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

O município de Conselheiro Pena não possuía um Inventário de Oferta Turística preliminar. Dessa forma, foi necessário coletar dados e informações de base para o início de uma inventariação turística.

#### 3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são definidos nos manuais do INVITUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc”. Com base em tal definição foram inventariadas quatro pousadas em Conselheiro Pena. Somada à infraestrutura de todos os meios de hospedagem inventariados, o município dispõe de 134 unidades habitacionais, num total de 220 leitos, a saber:

- Hotel Bela Adormecida;
- Hotel Miranda;
- Delmus Hotel;
- Hotel Lajão.

Tabela 8 Equipamentos de hospedagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Foram inventariados 26 empreendimentos de alimentação e bebidas que prestam serviços remunerados, a saber:



- Bar do Agnaldo;
- Bar Pequeno Império;
- Lanchonete Expresso;
- Koinonia Lanches;
- Central Lanches;
- Pesticaria e Lanchonete Sabor da Praça;
- Lanchonete do Ponto;
- Marreta Lanches;
- Sorveteria e Lanchonete Ki-Mel;
- Sorveteria DuLucio;
- Pastelândia;
- Padaria Dona Marta;
- Gordo Lanches;
- Minas Brasil Lanches;
- Escritório Bar e Restaurante;
- Riachuelo Açaí e Sorvetes;
- Restaurante Popular do Zé Preto;
- El Shaday;
- Padaria Gomes;
- Pizzaria London;
- Top Grau;
- Restaurante Casa Mineira;
- Sorveteria Expresso Mania;
- Padaria e Lanchonete Sweet Bread;
- Açaí do Naldinho;
- Taborda Lanches.

Tabela 9 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Bar do Agnaldo



Bar Pequeno Império



Lanchonete Expresso



Koinonia Lanches







**Central Lanches**



**Petiscaria e Lanchonete Sabor da Praça**



**Lanchonete do Ponto**



**Marreta Lanches**







**Sorveteria e Lanchonete Ki-Mel**



**DuLucio**



**Pastelândia**



**Padaria Dona Marta**





**Gordo Lanches**



**Minas Brasil Lanches**



**Escritório Bar e Restaurante**



**Riachuelo Açai e Sorvetes**





**Restaurante do Zé Preto**



**Lanchonete El-Shaday**



**Padaria Gomes**



**Pizzaria Gomes**







**Top Grau**



**Restaurante Casa Mineira**



**Sorveteria Expresso Mania**



**Padaria e Lanchonete Sweet Bread**





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

No que diz respeito aos serviços e empresas de transportes foi identificado um ponto de táxi como prestador de serviços de transportes turísticos.



*Figura 8 Ponto de Táxi*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



#### 3.2.1.2.4 Espaço para Eventos

Não foram identificadas e inventariadas infraestruturas de equipamentos para a realização de congressos, convenções, exposição, feiras e shows ou de outros serviços e equipamentos, utilizados por visitantes para fins turísticos, ainda que não tenham esse como seu tipo de uso principal.

#### 3.2.1.2.5 Locais e Templos de Fé/Edificações

O trabalho de atualização do INVITUR possibilitou inventariar quatorze templos de fé. Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, estes locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, as quais podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé que abrigam.

- Igreja Adventista do Sétimo Dia;
- Salão dos Reinos das Testemunhas de Jeová;
- Primeira Igreja Presbiteriana;
- Gruta Nossa Senhora Aparecida;
- Igreja Presbiteriana do Brasil;
- Igreja Mundial do Poder de Deus;
- Primeira Igreja Batista;
- Primeira Igreja Quadrangular;
- Assembleia de Deus;
- Igreja Presbiteriana do Brasil;
- Igreja Evangélica Assembleia de Deus Trabalhadores de Última Hora;
- Igreja Universal Jesus Cristo é o Senhor;
- Igreja Batista Luz e Vida;
- Igreja Matriz de São José.

*Tabela 10 Locais e Templos de Fé/Edificações*

**Igreja Adventista do Sétimo Dia**



**Salão do Reino das Testemunhas de Jeová**



**Primeira Igreja Presbiteriana**



**Gruta Nossa Senhora Aparecida**





**Brasil e Igreja Mundial do Poder de Deus**



**Igreja Mundial do Poder de Deus**



**Primeira Igreja Batista**



**Primeira Igreja Quadrangular**





### Assembleia de Deus



### Igreja Presbiteriana do Brasil



### Igreja Evangélica Assembleia de Deus Trabalhadores de Última Hora



### Igreja Universal Jesus Cristo é o Senhor.







Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.2.1.2.6 Atrativos Naturais

No município de Conselheiro Pena foram inventariados três atrativos turísticos naturais:

- Parque Municipal da Serra do Padre Ângelo;
- Parque Estadual dos Sete Salões;
- Parque Natural Municipal Conselheiro Pena.

Parque Municipal da Serra do Padre Ângelo, ou Serra do Padre Ângelo: Sua primeira referência histórica data do ano de 1693, conforme relatos do bandeirante Antônio Rodrigues Arzão. O Parque se localiza em região de extrema importância do domínio da Mata Atlântica, considerada pelo Conselho Nacional de Pesquisas Florestais como o extremo norte da mata de Araucária do Brasil. A referida unidade de conservação guarda, em suas montanhas, uma parte de biodiversidade da região com diversas espécies de plantas, de até 500 anos de idade. Dentre essas registrou-se uma planta carnívora, considerada a maior espécie do mundo, a drosera magnífica. Atividades realizadas: Passeios e visitas. Neste atrativo as visitas não são guiadas e a entrada é gratuita.



Parque Estadual dos Sete Salões: localizado na região do médio Rio Doce, possui área de 12.520 hectares, caracterizando-se por ser importante remanescente de Mata Atlântica. O Parque é conhecido na região por seus atrativos naturais, em especial a gruta arenítica, cujos salões podem ser percorridos e admirados em sua beleza. O relevo montanhoso em vários locais encontra-se recoberto por grandes formações rochosas, que na região servem de marcos de localização e dominam a paisagem local. O ponto culminante do Parque é o Pico de Sete Salões, que compõe a beleza do cenário com seus 1.135 metros de altitude. Atividades realizadas: Passeios e visitas ao parque e caverna.

Neste atrativo as visitas devem ser guiadas; não se obteve a informação sobre a gratuidade ou não da entrada.

Parque Natural Municipal Conselheiro Pena: não se obteve nos levantamentos de campo informações acerca do local. Todavia, as principais atividades realizadas são: escaladas, Rapel, Mountain Bike e voos de parapente. Também há várias trilhas e cachoeiras no parque.

## 3.2.2 Cultura

### 3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo

prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A figura a seguir traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.



*Figura 9 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura*

Fonte: MINC / SNC - Caderno de orientação aos municípios.

É nesse contexto que se apresentam, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Conselheiro Pena, buscando-se avaliar os seguintes elementos: estrutura de gestão; legislação e fontes de financiamento; mecanismos de controle e participação social; espaços e equipamentos; diversidade cultural; calendário de eventos; e política de preservação do patrimônio cultural.

### 3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política cultural em Conselheiro Pena é realizada pela Divisão de Cultura, subordinada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS<sup>13</sup>, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e a sua caracterização é um indicador do

---

<sup>13</sup> O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da

grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

Informa-se que o município não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, embora seja essa uma iniciativa fundamental para a estruturação em rede dos organismos de gestão da cultura local, estabelecendo suas respectivas funções. A configuração e funcionamento plenos do Sistema depende da instituição de todos os órgãos previstos na Lei, a qual deve conter no mínimo, conforme preconizado pelo Ministério da Cultura: órgão executivo, instância de controle social, fundo, conferência e plano municipal de cultura.

Outro importante elemento dos Sistemas de Cultura é o plano de ação e gestão da política cultural, por contemplar as diretrizes, os objetivos, as metas, as ações e os respectivos indicadores de monitoramento e avaliação. Conselheiro Pena também não possui Plano Municipal de Cultura, o que sugere que a referida política setorial não adquiriu ainda o caráter de política de estado.

### 3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

O município criou duas importantes instâncias de participação e controle social da política cultural - o Conselho Municipal de Cultura, instituído em 1998 por meio do Decreto nº 1.179/1998, substituído pela Lei nº 2.238/2012; e o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, instituído em 2012 pela Lei nº 2.237/2012. Ambos os Conselhos são compostos majoritariamente por representantes da sociedade civil, tem caráter deliberativo e encontram-se ativos.

No entanto, a Prefeitura Municipal não vem promovendo o diálogo com a sociedade acerca das necessidades, desafios e oportunidades para o desenvolvimento da cultura local por

---

população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”.

meio de conferência setorial. Mas, segundo a gestora entrevistada, o município já enviou representantes para a Conferência Estadual de Cultura.

### 3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

Segundo a gestora municipal entrevistada, Conselheiro Pena possui dotação orçamentária específica para a execução da política cultural, a qual se compõe de recursos próprios, advindos do orçamento municipal, e de parcerias com o Governo do Estado. A entrevistada não soube informar o percentual dos recursos destinados à execução da política cultural em relação ao orçamento geral do município, mas informou terem sido reservados recursos da ordem de R\$446.000,00 para o setor cultural em 2016. Apontou, ainda, que dentre as principais dificuldades para o desenvolvimento da cultura local, tem-se a falta de projetos e de investimento privado.

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro, tem como uma de suas premissas que a participação dos gastos em cultura e patrimônio no total dos gastos orçamentários municipais reflete a prioridade conferida a este setor no conjunto das políticas públicas implementadas em âmbito local (IMRS, 2016)<sup>14</sup>.

Conforme consta na base do IMRS, em 2006 o esforço orçamentário em relação ao total das despesas de Conselheiro Pena foi de 0,4%, passando a 0,8% em 2013. A título de comparação, informa-se que nesse último ano o maior valor desse indicador registrado dentre os municípios de Minas Gerais foi de 13%.

O município possui Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, instituído pela lei nº 2.166/2009, com as atribuições de preservação e conservação do patrimônio cultural material e imaterial protegido; aquisição, ampliação e manutenção de bens culturais;

---

14 O IMRS apresenta dados estratificados por município sobre a participação percentual dos gastos orçamentários em difusão cultural e em preservação do patrimônio cultural no total de gastos orçamentários municipais declarados nas prestações de contas anuais. Esses dados são agregados em um indicador denominado “esforço orçamentário em cultura e patrimônio”, que resulta do somatório das participações municipais com gastos orçamentários em difusão cultural e patrimônio cultural.



fomento à produção cultural local: artes cênicas, música, literatura, memória, artes plásticas, artes visuais e acervo cultural. Salienta-se que o referido Fundo não se restringe ao fomento de iniciativas relativas estritamente à preservação do patrimônio histórico e artístico local. De acordo com o artigo 7º do decreto municipal nº 1.764/2010, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura compartilha com o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural a responsabilidade de gerir o referido Fundo.

A Tabela 11 traz os valores do orçamento municipal destinados para a cultura, relativos aos anos de 2014 e 2015, que podem ser consultados no Portal Fiscalizando com o TCE<sup>15</sup>.

*Tabela 11 Despesas previstas e liquidadas – Conselheiro Pena, 2014-2015*

Item / Função	2014	2015
<b>Despesa total Prefeitura (valor atualizado)</b>	32.880.000,00	38.170.000,00
<b>Despesa total Prefeitura (valor executado e liquidado)</b>	31.755.279,20	34.763.816,76
<b>Despesa total com a Unidade Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural (valor executado e liquidado)</b>	322.976,21	445.263,71
<b>Ação Manutenção do Patrimônio Artístico, Cultural e Arqueológico (valor executado e liquidado)</b>	229.812,58	174.498,40
<b>Ação Promoção de Eventos Carnavalescos (valor executado e liquidado)</b>	29.228,90	83.296,68
<b>Ação Manutenção da Biblioteca Pública (valor executado e liquidado)</b>	-	297,36
<b>Ação Escola Musical (valor executado e liquidado)</b>	14.023,40	23.002,36
<b>Ação Festas tradicionais / datas comemorativas (valor executado e liquidado)</b>	23.195,64	123.716,98

<sup>15</sup> Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, programa Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. "Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio".

<b>Ação Jornada Mineira do Patrimônio Cultural (valor executado e liquidado)</b>	-	6.225,00
<b>Ação Educação patrimonial (valor executado e liquidado)</b>	1.918,90	5.352,54
<b>Ação Feiras Culturais / Reflexo Artes (valor executado e liquidado)</b>	24.796,79	28.874,39

Fonte: Portal Minas Transparente, 2016.

OBS: apenas valores liquidados, os valores empenhados não foram aqui considerados.

É importante realçar, primeiramente, que apesar de haver uma Unidade orçamentária para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura todas suas ações e rubricas estão destinadas à função Educação. As verbas para ações de patrimônio e cultura vêm todas da Unidade Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural.

De acordo com tal fonte, constam cerca de R\$ 323 mil gastos em unidades ligadas à Cultura em 2014, o que correspondia a 1% do orçamento municipal anual executado. Deste total, 71% foi aplicado na Manutenção do Patrimônio Artístico, Cultural e Arqueológico. O segundo maior montante de gastos foi com festas e eventos culturais que, somados, corresponderam a 24% dos gastos executados e liquidados do Fundo.

No orçamento 2015, o valor destinado ao Fundo foi ampliado para R\$ 445 mil, relativos a 1,3% do total dos gastos liquidados pela Prefeitura. Foram incluídas novas rubricas e alterou-se a distribuição dos recursos entre elas, ficando a Manutenção do Patrimônio Artístico, Cultural e Arqueológico com 39% do total e a somatória de festas e eventos culturais com 53% dos gastos executados e liquidados do Fundo.

Conselheiro Pena tem participado da política estadual de ICMS Patrimônio Cultural<sup>16</sup>, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha,

---

16 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao Iepha/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base

iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada a cada localidade.

Nesse quesito, conforme pode ser visto nas tabelas a seguir, o município ampliou sua pontuação, chegando ao exercício 2017 com 8,36 pontos. Esta situação indica que haverá ampliação dos recursos repassados e disponíveis para o Fundo de Patrimônio no ano que ora se inicia.

*Tabela 12 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Conselheiro Pena, 2013-2017*

Município	ICMS exercício 2017	ICMS exercício 2015	ICMS exercício 2013
Conselheiro Pena	8,36	7,45	7,65

Fonte: IEPHA, 2016.

---

para a pontuação o município deve enviar ao Iepha documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

*Tabela 13 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Conselheiro Pena, 2014-2016*

Município	Valor ICMS 2014	Valor ICMS 2015	Valor ICMS 2016 <sup>17</sup>
Conselheiro Pena	206.146,95	206.146,95	153.706,82

Fonte: FJP, 2016.

O município teve a experiência exitosa de aprovar projeto no Fundo Estadual de Cultura, a saber: Segundo Festival Histórico do Cuieté Colonial.

Destaca-se, por fim, que o município dispõe de mecanismos de fomento à cultura, inscrito no corpo da Lei nº 2.237/2012, que institui o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, mediante a concessão de descontos no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

### 3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

Como a cidade de Conselheiro Pena não foi previamente objeto do Inventário de Oferta Turística - INVTUR, foi necessário coletar dados e informações de base para o início de uma inventariação cultural.

Os espaços e equipamentos culturais identificados nas pesquisas de campo, realizadas pela Expressão Socioambiental, em 2016, abrigam os principais eventos e manifestações da cultura local.

#### 3.2.2.2.1 Museus, Galerias e Demais Espaços Expositivos

O município não dispõe de espaços adequados à difusão e à fruição de manifestações artísticas, como teatro, sala de espetáculo ou cinema, necessários para abrigar produções

---

<sup>17</sup> Não inclui o valor repassado no mês de dezembro de 2016.

locais e externas. As manifestações culturais locais são, em sua maioria, de cunho popular e se desenvolvem em logradouros públicos, como as praças. Esses são os principais pontos de encontro da comunidade para recreação, lazer, eventos, apresentação de bandas e peças teatrais. O município tampouco dispõe de espaços apropriados para consulta e fruição da memória social e da história do lugar, através da preservação e valorização do patrimônio local, tais como museu ou centro cultural.

#### **3.2.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca**

A Biblioteca Pública Municipal Raimunda Soares Sturzeneker, regulamentada pela Lei nº 2.193/2010, apresenta 300 leitores registrados, acervo de 2 a 3 mil livros e seu edifício encontra-se em muito bom estado de conservação.

Porém, como já explicitado, à exceção da biblioteca pública, o município não dispõe de museus, galerias ou outros espaços para exposição, consulta e fruição de seus acervos, bem como não dispõe de arquivo público para abrigo e conservação de documentos que registram a história e a memória local e regional.

À época do levantamento de dados em campo, obteve-se a informação de que a Prefeitura estava em busca de financiamento para a execução de um projeto de construção de um centro municipal de memória e história cultural, para abrigar o grande acervo histórico existente.

#### **3.2.2.2.3 Atrativos Culturais**

Na malha urbana, a sede do município oferece áreas dotadas de infraestruturas de lazer e entretenimento que, de acordo com a validação de dados secundários em campo, são equipamentos que se constituem em importantes referências espaciais e pontos de encontro da comunidade. Foram inventariados em campo oito atrativos culturais, materiais e imateriais.



*Tabela 14 Atrativos Culturais*

<b>Tipo de atrativo cultural</b>	<b>Nome oficial</b>
<b>Edificações</b>	Antiga Avenida Israel Pinheiro
<b>Sítios Históricos</b>	Serra do Onça
<b>Edificações</b>	Primeira Prefeitura de Conselheiro Pena
<b>Obras de arte</b>	Pia Batismal do Cuieté Velho
<b>Edificações</b>	Antigo Hotel Renascença
<b>Festa e celebrações</b>	Festa de São José
<b>Edificações</b>	Estação Ferroviária da E.F.V.M.
<b>Edificações</b>	Caixa D'água

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### **3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais**

Em pesquisa de campo realizada em novembro de 2016, a gestora pública entrevistada em Conselheiro Pena avaliou o setor cultural como sendo muito importante na gestão municipal, sobretudo considerando que a história local necessita ser valorizada como referência de identidade da população. Nesse sentido, ela afirma que a prioridade para a promoção do desenvolvimento da cultura local é reforçar a identidade cultural, por meio de projetos de valorização da cultura e da memória da comunidade.

No âmbito das festas e celebrações, destaca-se a Festa de São José, padroeiro da cidade, cujas atividades duram uma semana.

A produção musical é representada por diferentes estilos e grupos: a Corporação Musical Conselheirense, criada em 1983; a Banda Municipal Afroreggae; a Banda Municipal Compasso (fanfarra); e os cantores. Os eventos culturais realizados no município costumam envolver também músicos e bandas da região.

As feiras e shows realizados em diversas épocas no município, fazem de Conselheiro Pena um polo regional, atraindo sobretudo as populações de Alpercata, Fernandes Tourinho, Galiléia, Governador Valadares, Sobrália e Tumiritinga.

Nas artes plásticas destaca-se a pintura e a arte em ferragens, com utilização de material de sucata.

As pedras preciosas encontradas na região - Turmalina Verde e Rosa e Rubilita, são referências do Distrito de Cuieté, um dos locais de origem do município, do território mineiro e de parte do Vale do Rio Doce

Os principais trabalhos artesanais identificados são o bordado, a costura e a confecção de doces.

Dentre as instituições, associações e grupos mais atuantes na cultura local, encontra-se a Associação de Mulheres Artesãs de Conselheiro Pena - AMAC.

Na Gastronomia, destacam-se o Frango com Quiabo, o Angu e os doces caseiros de mamão, figo, goiaba, leite e outros, preparados com colher de pau, tacho e fogão a lenha. Esses e outros produtos agrícolas são consumidos em feiras, restaurantes e eventos locais. Sua comercialização conta com o grupo de produtores rurais de São Geraldo, com a Associação Comunitária de Itatiaia e São Roque e a Fábrica de Doces Frutos da Terra. A Prefeitura Municipal adquire produtos das associações para a confecção da merenda escolar do município.

Observou-se que não há marketing institucional para difusão dos referidos produtos, associando-os à imagem da cidade.

#### 3.2.2.4 Calendário Cultural

O calendário cultural do município se compõe dos seguintes eventos ao longo do ano:

- Fevereiro: carnaval, com blocos carnavalescos e trios elétricos.

- Março, 19: Dia São José, padroeiro da cidade. As festividades duram uma semana, organizadas pela Paróquia de São José, com Irmãs missionárias do Espírito Santo e alunos das escolas públicas municipais e estaduais.
- Agosto: Festival Histórico do Cuieté Colonial.
- Dezembro, 17: Aniversário da Cidade.
- Festa do Milho, organizado pela Escola Municipal Amado Lima).
- Feira de Exposição Agropecuária.

### 3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

A partir de 1998, o município vem se empenhando no sentido de participar da proteção de seu patrimônio cultural, mediante o uso do instituto do Tombamento e da participação na política estadual do ICMS Patrimônio Cultural. Sua pontuação no exercício 2017 foi de 8,36, acima da média dos municípios mineiros que é de 7,83.

Sobre o instituto do tombamento municipal de proteção ao patrimônio de caráter material, a legislação explicita que: “Este bem cultural fica sujeito às diretrizes de proteção estabelecidas pela Lei nº 1736/1998 não podendo ser destruído, mutilado ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Conselheiro Pena e a aprovação da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Desenvolvimento Urbano”.

Como resultado da política em desenvolvimento tem-se os seguintes bens protegidos no município:

- Conjunto Paisagístico e Arqueológico da Serra da Onça: com 2.559,25 ha de extensão, o Conjunto pertencente ao Parque Estadual Sete Salões, administrado pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF. É tombado como sítio histórico pelo Decreto Municipal nº 1329/2002, na categoria Conjunto Paisagístico. O conjunto em tela é composto pelos sítios arqueológicos Lapa, Pedra do Leiteiro e Onça
- Caixa D'água: situada no bairro José Ferreira de Queirós, o imóvel é tombado pelo Decreto municipal nº 1.359/2013, inscrição no Livro de Tombos 001/98 na categoria Bens Imóveis. Seu entorno é formado por jardins e o acesso ao imóvel é feito por uma rua não pavimentada e por outra calçada com pedras irregulares, tipo "pé-de-moleque",

que revela sua antiguidade. As instalações do imóvel são iluminadas e o imóvel encontra-se em bom estado de conservação.

- Gruta de Nossa Senhora Aparecida: Este atrativo cultural não foi objeto de tombamento, porém, encontra-se no entorno de um bem cultural municipal tombado, a Caixa D'água, o que lhe garante proteção.<sup>18</sup> A gruta é regularmente frequentada, oferecendo cultos religiosos. É também local de recepção de procissão nos dias 12 de outubro, quando a Igreja Católica homenageia Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil.

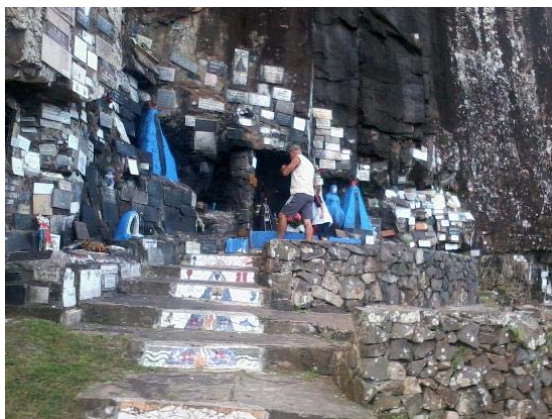


*Figura 10 Caixa d'Água*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

---

<sup>18</sup> A Lei nº 1736/1998, que "... estabelece a proteção do patrimônio cultural de Conselheiro Pena, atendendo ao disposto no Artigo 216 da Constituição Federal..." em seu Artigo 5º, estabelece que, "Sem prévia autorização do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer edificação que lhe impeça ou reduza a visibilidade...".



*Figura 11 Gruta de Nossa Senhora Aparecida*

Fonte: geogle.com.br, imagens.

- Antigo Hotel Renascença: de propriedade particular, é tombando pelo Decreto municipal nº 2.036/2015, na categoria Bens Imóveis. Sua inscrição foi aceita pelo IEPHA, para pontuação no ICMS Patrimônio Cultural 2017, com ressalvas, possivelmente pelo seu estado de abandono e falta de conservação. O desejo manifesto pelos agentes públicos entrevistados, que trabalham no setor cultural, é que, após a sua restauração, o edifício abrigue o Centro de Memória de Conselheiro Pena



*Figura 12 Antigo Hotel Renascença*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



- Imóvel Residencial: de propriedade particular, localizado à rua Benedito Valadares, 1493, o imóvel apresentado na imagem abaixo foi tombado pelo Decreto Municipal nº 1252/1999 na categoria Bens Imóveis. O mesmo foi a primeira sede da Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena.



*Figura 13 Residência onde funcionou a primeira sede da Prefeitura*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

- Pia Batismal da Capela de Nossa Senhora da Conceição: conhecida como Pia Batismal do Cuieté Velho - Distrito. Datada da segunda metade do Século XVIII, período do Brasil Império, é tombada como obra de arte pelo Decreto Municipal nº 1328/2002, na categoria Bem Móvel. Executada em cedro, foi restaurada pelo IEPHA em 2007. A história oral informa que a Pia em tela teria sido utilizada para batismo de índios botocudos. É avaliada como estando em bom estado de conservação. Mantida sob a gestão da Paróquia da Matriz de São José, no Distrito de Cuieté, o acesso a este bem é possível por estrada de terra. Por motivos de segurança a Pia Batismal é mantida fechada em um cômodo da Igreja Católica do Distrito de Cuieté Velho e somente pode ser vista mediante solicitação ao zelador.

A seguir apresentam-se os bens inventariados em Conselheiro Pena:

- Avenida José Maurício de Vasconcelos, antiga Avenida Israel Pinheiro: sítio de interesse histórico e referência identitária de Conselheiro Pena. Trata-se de uma via urbana arborizada, com 1 km de extensão, ladeada por imóveis residenciais de um pavimento, do início do século Século XX. Tem potencial para ser objeto de projeto de visita guiada interpretativa da história da cidade.



*Figura 14 Antiga Avenida Israel Pinheiro*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

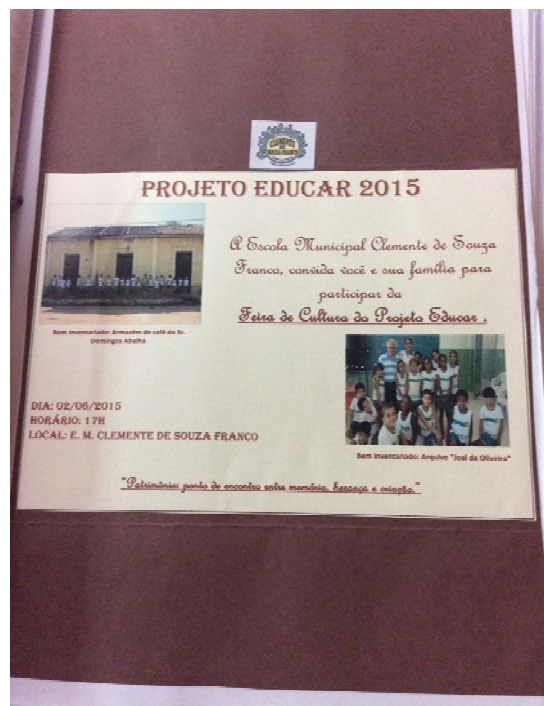
- Estação Ferroviária da EFVM: localizada no Bairro São Luiz. Inaugurada em 1904, a estação foi determinante para a evolução econômica e a estruturação dos modos de vida urbana locais. Sua localização polarizou a ocupação urbanística com o casario de época que se implantou ao longo de seu percurso. Não se obteve informações sobre novos usos e funções após a desativação da rede em 1997, quando o edifício passou à administração municipal e é mantida pela Empresa Vale. Hoje o edifício abriga uma cantina, a qual não se mostra formalmente adequada formal ao prédio original.

### 3.2.2.6 Educação Patrimonial

O município desenvolve o projeto de educação patrimonial EDUCAR na rede municipal de ensino, em conformidade com as orientações da Deliberação Normativa do CONEP 02/2012, cujo objetivo é favorecer o conhecimento do patrimônio cultural da cidade conscientizando os alunos quanto à cidadania, identidade cultural e memória. A metodologia proposta pelo lepha consiste no desenvolvimento de aulas, palestras, debates, pesquisas, entrevistas, redações, maquete, visita guiada ao bem cultural escolhido e feira cultural.

Em 2015, o projeto foi desenvolvido nas escolas municipais Clemente de Souza Franco e Amado Lima, com alunos das turmas da 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> séries do ensino fundamental, que exploraram os seguintes bens culturais: Acervo do Sr. Joel de Oliveira, Antigo Armazém de

Café do Sr. Domingos Abelha, Praça da Matriz e Caixa D'Água ou Estação de Tratamento de Água.



*Figura 15 Educação Patrimonial Conselheiro Pena*

Fonte: ICMS Patrimônio Cultural, Exercício 2017, IEPHA.

### 3.2.3 Esporte e Lazer

#### 3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial.

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Conselheiro Pena, considerando os seguintes

elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

### 3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de esporte e lazer do município de Conselheiro Pena é uma prerrogativa da Divisão de Esporte e Lazer, subordinada à Secretaria Municipal de Assistência Social e Esporte.

Embora a Política Nacional do Esporte assinale que é papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, a Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena não desenvolveu um Plano Municipal de Esporte e Lazer. O município também não dispõe de um sistema de informações e indicadores que favoreça o planejamento, o monitoramento e a avaliação da política de esporte e lazer local.

Segundo um estudo realizado pela Fundação João Pinheiro, o indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte<sup>19</sup>” do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) de Esporte e Lazer aponta que, “Conselheiro Pena, com um índice de 109 em 2012, situava-se entre os 379 municípios mineiros que implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer” (FJP, 2013).

---

19 O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes. A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais. (FJP, 2013).



### 3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Em consulta ao sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes de Minas Gerais foi constatado que existe um Conselho Municipal de Esporte em Conselheiro Pena, o qual foi instituído pela Lei Municipal nº 2.177, de 25 de maio de 2010. O referido conselho é deliberativo, e se compõe majoritariamente por representantes governamentais, contando com seis titulares. Porém, o mesmo encontra-se inativo.

### 3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

De acordo com o entrevistado, o município não tem um Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer e nem uma legislação de incentivo ao Esporte e/ou Lazer.

Também foi informado que não há uma dotação orçamentária específica destinada à Divisão de Esporte e Lazer. Ele informou que a Prefeitura utiliza de recursos próprios para promover, fomentar e apoiar iniciativas deste setor e que não houve queda na arrecadação relativa a produtos e serviços do Esporte e/ou Lazer em decorrência do Evento.

O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer<sup>20</sup>” do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) de Esporte e Lazer, em 2013, apontou que, “os gastos orçamentários de Conselheiro Pena nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram, conforme indicado nas prestações de contas anuais, 0,3% do total do orçamento municipal. Em 2009, esse percentual era de 0,2%” (FJP, 2013). Apresentando um aumento de 0,1% no seu orçamento no período de 2009 a 2013.

Salienta-se que em consulta ao Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário - Critério Esportes (Art. 8º, §3º, Inciso I da Lei 18.030/2009) - ano base 2015, disponibilizado

---

20 O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município (FJP, 2013).

em 25/10/2016 no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes de Minas Gerais, constatou-se que o município de Conselheiro Pena não obteve pontuação, visto que o seu Conselho se encontra cadastrado, porém, não está ativo (Minas Gerais, 2016).

O ICMS Esportivo é um programa do Governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos; a organização da política esportiva dos municípios; e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte (Minas Gerais, 2016). Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base (ano civil imediatamente anterior ao ano de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo) (Minas Gerais, 2016).

#### **3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas**

Conforme levantamento de dados realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes, o município de Conselheiro Pena registra participação nos Jogos Escolares de Minas Gerais.

A partir de informações coletadas em campo, foi observado que as principais atividades e eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são: Copa da Cidade, Campeonato Municipal e Campeonato Regional (Futebol de Campo e Futsal), Campeonato Viva Vôlei, Campeonato de Handebol e Jogos escolares para classificação para os JEMG (Jogos Estudantis de Minas Gerais).

Conforme informado no item sobre financiamento e fomento, o município não integra o Programa de ICMS Esportes, do estado de Minas Gerais.

#### **3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer**

O município possui sete espaços ou infraestruturas de esporte e/ou lazer que, de acordo com as informações levantadas, se constituem em locais de encontro da população, prática esportiva e de lazer, aulas de Educação Física, realização de eventos religiosos e municipais. São os espaços ou infraestruturas de esporte e/ou lazer:

- Campo de Futebol e Ginásio Poliesportivo de Conselheiro Pena
- Clube AABB
- Praça Lucy Cinelli de Paula Freitas
- Praça Antônio Amaro
- Praça da Igreja Matriz
- Praça da Rodoviária
- Clube Uirapuru Clube

*Tabela 15 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer*

<b>Campo de Futebol e Ginásio Poliesportivo de Conselheiro Pena</b>	<b>Clube AABB</b>
	
<b>Praça Lucy Cinelli de Paula</b>	<b>Praça Antônio Amaro</b>
	

**Praça da Igreja Matriz**



**Praça da Rodoviária**



**Uirapuru Clube**



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.3 Diagnóstico de Comunidades Rurais Próximas ao Rio Doce

O Diagnóstico identificou uma comunidade rural próxima ao rio Doce no município de Conselheiro Pena: Barra do Cuieté. Sua localização está representada pela figura a seguir.



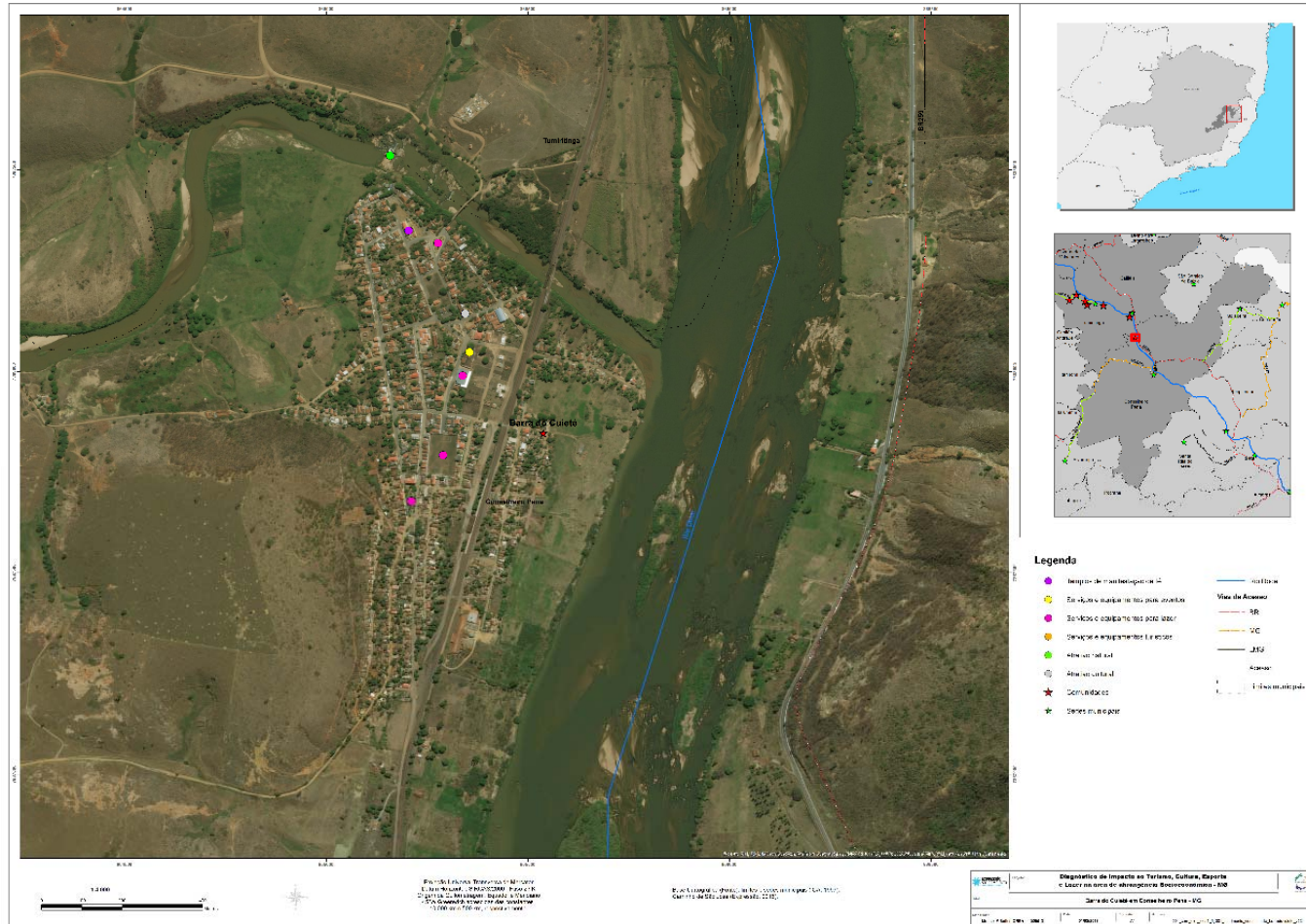


Figura 16 Comunidade Barra do Cuieté

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016



### 3.3.1 Barra do Cuieté

Barra do Cuieté é distrito de Conselheiro Pena. Sua população em 2010 era de 1.666 e sua densidade demográfica de 11,66 habitantes. Foi criado pela Lei nº 148, de dezembro de 1938, mesma lei que elevou Conselheiro Pena à categoria de município. (IBGE, CENSO 2010)

Na década de 40 foi inaugurada na comunidade a estação ferroviária da EFVM, em torno da qual o povoamento cresceu.



*Figura 17 Barra do Cuieté*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

O município está cerca de 500 metros do rio Doce e de acordo com a entrevistada o rio é utilizado para atividades de lazer, tais como pesca, caiaque e natação na praias. Para além do rio, outros equipamentos de lazer utilizados são o campo de futebol e as praças – algumas possuem academia ao ar livre. Na comunidade é realizada a vaquejada e a festa de São Pedro.

### 3.4 Clipping de Notícias

O *clipping* de notícias foi elaborado por meio de pesquisa no principal sítio de busca da *internet*, o *google*<sup>21</sup>. Para tanto, foram utilizadas taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao Evento e por ordem de relevância<sup>22</sup>. As taxonomias utilizadas foram: I) Conselheiro Pena E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Conselheiro Pena E barragem de Fundão. Para Conselheiro Pena, a utilização das taxonomias gerou inúmeros resultados, tendo sido necessário, por isso, lançar mão de uma amostra. A tabela abaixo apresenta a compilação das informações presentes nesta pesquisa e a categorização preliminar do impacto na imagem do município.

*Tabela 16 Clipping de notícias do município de Conselheiro Pena*

<b>Título</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Veículo</b>	<b>Link de acesso</b>	<b>Abrangência</b>	<b>Impacto</b>
<b>Análise do MAB sobre o crime social e ambiental causado pelo rompimento das barragens da Samarco</b>	01/12/2015	Alainet.org	<a href="http://goo.gl/SndWX8">goo.gl/SndWX8</a>	Nacional	Negativo
<b>Audiências Públicas convocadas pela Defensoria Pública são realizadas em Governador Valadares e Conselheiro Pena/MG</b>	26/09/16	Defensoria MG	<a href="http://goo.gl/H3mcZd">goo.gl/H3mcZd</a>	Regional	Negativo
<b>Municípios atingidos por lama terão mais de 2</b>	05/04/16	G1	<a href="http://goo.gl/0QfYRK">goo.gl/0QfYRK</a>	Nacional	Negativo

<sup>21</sup> [goo.gl/46bXSx](http://goo.gl/46bXSx)

<sup>22</sup> O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 11/01/2016.

<b>milhões do governo federal</b>					
<b>Cidades querem que Samarco arque com seus prejuízos</b>	30/11/15	Diário do Rio Doce	goo.gl/RW0R0n23	Nacional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

A notícia associada ao município, de 01/12/2015<sup>24</sup>, foi publicada no sítio América Latina em Movimento com o título “Análise do MAB25 sobre o crime social e ambiental causado pelo rompimento das barragens da Samarco”. Na matéria, a descrição sobre o desenrolar do Evento, é acompanhada por uma lista das localidades diretamente atingidas, na qual consta Conselheiro Pena. Entre outras coisas, informa-se sobre: a “linha de denúncia” como estratégia de incursão judicial elaborada pelo movimento; avaliam-se as “prováveis causas” do Evento; faz-se um alerta para o risco de novos rompimentos; e avalia-se a “atuação do Estado e governos” no que diz respeito à concessão de licenciamento ambiental para a barragem de Fundão. Por fim, são listados os potenciais riscos para a Samarco, a exemplo da diminuição vertiginosa de seu lucro, as “propostas de plano de trabalho do quem luta educa<sup>26</sup>”, tratando-se de informações sobre os danos impostos pela atividade mineradora no país, e os passos a serem seguidos pelo movimento em sua atuação frente à conjuntura. A matéria é assinada pelo MAB, movimento social, que tem como objetivo atuar na defesa dos Atingidos por Barragens. Observa-se que o conteúdo é altamente crítico. São exemplos as seguintes passagens: “[...] enxurrada de lama tóxica, causando a morte de dezenas de pessoas” e “Milhares de pessoas foram atingidas pelas barragens. Muitas perderam tudo. Várias comunidades foram destruídas”. A frase “Água, minério e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular”, que finaliza a notícia, endossa seu teor crítico, impactando negativamente a imagem dos municípios atingidos nela listados, tal qual

---

<sup>24</sup> [goo.gl/SndWX8](http://goo.gl/SndWX8)

<sup>25</sup> Movimento dos Atingidos por Barragens. Ver: [goo.gl/CTzvIB](http://goo.gl/CTzvIB).

<sup>26</sup> [goo.gl/MTMr7b](http://goo.gl/MTMr7b)

Conselheiro Pena. Porém, o município foi citado apenas como um entre os afetados, ou seja, não houve menções específicas ou aprofundadas.

A notícia veiculada pelo sítio da Defensoria Pública de Minas Gerais<sup>27</sup> informou sobre duas audiências públicas realizadas com atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, respectivamente, em Governador Valadares e Conselheiro Pena. Uma das principais pautas da reunião foi o desabastecimento da cidade e o programa de indenização proposto pela mineradora. A reunião contou com a presença de autoridades locais e, em Conselheiro Pena, de lideranças locais e de moradores. “Em ambas as audiências os impactados tiveram a oportunidade de fazer perguntas aos representantes da Samarco”.

O site do G1, noticiou o valor do repasse que deverá ser feito pela Samarco aos municípios atingidos pelo rompimento da barragem. Sendo esse no valor de R\$ 2,025 milhões dentre eles 26 cidades mineiras e quatro do Espírito Santo. Segundo a portaria, os municípios e estados foram contemplados com o dinheiro para realização de ações contingenciais e sanitária.

O sítio eletrônico do Diário do Rio Doce<sup>28</sup> de Governador Valadares destaca-se por se tratar de um jornal local. De acordo com a notícia veiculada, a Frente Nacional dos Prefeitos irá entregar um relatório destacando as perdas financeiras e sendo assim, cada município fará seu levantamento. “Há prejuízos que precisam ser ressarcidos imediatamente, os relacionados à perda de receita dos municípios”, comenta o presidente da Frente Nacional de Prefeitos. A Organização das Nações Unidas (ONU) também divulgou um alerta sobre a contaminação do rio e enviou uma mensagem aos 39 municípios atingidos solicitando que sejam informados de qualquer relato de pessoas que apresentarem sintomas em decorrência da contaminação do rio.

Das notícias presentes na amostra, verifica-se que, de modo geral todas não se reportam exclusivamente ao município. As notícias, majoritariamente, listam Conselheiro Pena dentre

---

27 [goo.gl/H3mcZd](http://goo.gl/H3mcZd)

28 [goo.gl/RW0ROn28](http://goo.gl/RW0ROn28)





Nela, pode-se observar que os termos mais presentes são “Samarco”, “Rio Doce”, “lama”, “água”, “barragem” e “energia”. Termos notadamente negativos, a exemplo de “atingido”, “perda” que também emergem, mas com menor frequência.

### 3.5 Textos Acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto negativo sobre a imagem de Conselheiro Pena é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo<sup>30</sup>, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015.

A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas<sup>31</sup> e a Onda Política<sup>32</sup> as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs<sup>33</sup> com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia<sup>34</sup>, que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

---

30 [goo.gl/hBGDKp](http://goo.gl/hBGDKp)

31 [goo.gl/BcEHVc](http://goo.gl/BcEHVc)

32 [goo.gl/x1VYhC](http://goo.gl/x1VYhC)

33 Organização Não Governamental

34 Atualizada em 04/11/2016. Ver [goo.gl/LPOqWr](http://goo.gl/LPOqWr)

Tabela 17 Síntese de citações

<b>Município de Conselheiro Pena</b>		
<b>Coleção Academia</b>	<b>Link de acesso</b>	<b>Menção</b>
<b>UFJF &amp; UFMG   A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água</b>	<a href="http://goo.gl/sximc2">goo.gl/sximc2</a>	Sim
<b>POEMAS   Antes fosse mais leve a carga</b>	<a href="http://goo.gl/6jliL">goo.gl/6jliL</a>	Sim
<b>POEMAS   Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce</b>	<a href="http://goo.gl/uGkSiU">goo.gl/uGkSiU</a>	Não
<b>POEMAS   Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento</b>	<a href="http://goo.gl/jTkhRX">goo.gl/jTkhRX</a>	Não
<b>ORGANON   Impactos socioambientais no Espírito Santo</b>	<a href="http://goo.gl/t9TRE2">goo.gl/t9TRE2</a>	Não
<b>POEMAS   Pedras de sangue e choro maculam a vertente</b>	<a href="http://goo.gl/1p3qra">goo.gl/1p3qra</a>	Não
<b>UFES   Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras</b>	<a href="http://goo.gl/M7Mwqb">goo.gl/M7Mwqb</a>	Não
<b>CESÁR GARAVITO (ORG.)   Human Rights in minefields</b>	<a href="http://goo.gl/4oN12m">goo.gl/4oN12m</a>	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

No quadro acima, é possível observar que o município de Conselheiro Pena foi mencionado em duas das publicações do recorte. “A tragédia do rio Doce – a lama, o povo e a água”, das instituições Universidade Federal de Juiz de Fora e Universidade Federal de Minas Gerais, foi publicada em 01/01/2016 e traz relatório fruto de trabalho de campo realizado com a finalidade de avaliar as consequências do evento.

Nesta publicação, o caso de Conselheiro Pena é tratado em uma seção específica<sup>35</sup>. Nela, são descritas as condições do rio, que parecia apresentar rejeitos. Os autores chamam a atenção para o fato de que nesses mesmos trechos do rio, havia sido coletada água para abastecimento das populações de Conselheiro Pena e Governador Valadares. A imagem abaixo está presente na publicação e foi tirada no município.



*Figura 19 Detalhe dos danos sobre a ictiofauna*

Fonte: [goo.gl/sximc2](http://goo.gl/sximc2)

Já em “PoEMAS<sup>36</sup> / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”<sup>37</sup>, de dezembro de 2015, foi elaborada por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade

---

35 Página 16.

36 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

37 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

Estadual de Goiás<sup>38</sup>. As informações sobre o evento são mobilizadas para refletir a respeito da atividade mineradora no Brasil<sup>39</sup>. Porém, observa-se que a menção a Conselheiro Pena se limitou a listagens. Na primeira<sup>40</sup>, pontua-se a interrupção do abastecimento de água em Governador Valadares (MG), Colatina (ES) e Baixo Gandu (ES), estando Galiléia entre os municípios que “tiveram problemas de abastecimento”. Conselheiro Pena também é mencionada<sup>41</sup> na relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública, à época do Evento.

---

38 [goo.gl/Ry1Shs](http://goo.gl/Ry1Shs)

39 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: [goo.gl/1soM41](http://goo.gl/1soM41)

40 Página 55.

41 Página 55.





**Síntese**



## 4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

### 4.1 Turismo

O município de Conselheiro Pena não apresenta um aparato institucional consolidado no setor de turismo, não possui Plano e Fundo de turismo, tampouco participa da política de regionalização estadual. Por conseguinte, integra a política estadual do ICMS turístico, conforme o diagnóstico apresentado, embora o gestor afirme que o turismo é importante para o município. Este setor poderia dinamizar e incrementar a economia local, gerando a difusão de conhecimentos sobre o patrimônio histórico, cultural e natural local. Conselheiro Pena, dessa maneira, apresenta potencialidades para desenvolver o turismo dispondo de atrativos turísticos, dentre eles o rio Doce e suas ilhas, o Parque Municipal da Serra do Padre Ângelo, o Parque Estadual Sete Salões, bem como os atrativos naturais da região, banhados por três bacias hidrográficas diferentes.

As principais fragilidades encontradas no município são a falta do marketing turístico, ou seja, trabalhar o conceito do município (natural, botânica, mineral etc). Além da falta de uma identidade cultural local representativa e as vias de acesso ruins. A relação do poder público com a iniciativa privada do turismo é considerada deficiente o que impede o avanço das ações conjuntas para o desenvolvimento do setor. Ainda segundo o entrevistado, a infraestrutura de equipamentos e receptivo no município (hotéis, restaurantes, bancos) é defasada, pois apresenta pouca oferta. Ainda falta conscientização sobre a importância econômica para o desenvolvimento do turismo local, ainda é preciso reforçar a identidade cultural através de projetos de valorização da cultura e da memória de uma comunidade, além da escassez de recursos financeiros e técnicos para a rede de hospedagem alternativa e outras associações que trabalham com turismo no município.

### 4.2 Cultura

Conselheiro Pena carece de adequada estrutura institucional para a gestão da política cultural. Embora possua órgão gestor específico, e instituído conselhos setoriais como instâncias de participação e controle social, o município não aderiu ao Sistema Nacional de

Cultura, não elaborou Plano Municipal de Cultura e tampouco dispõe de instrumentos jurídicos suficientes para reger a política cultural. Portanto, o principal desafio que o município tem em termos de estrutura de gestão é aderir ao Sistema Nacional de Cultura como primeiro passo para a implementação do Sistema Municipal de Cultura e seus elementos constitutivos.

A municipalidade tem se empenhado na patrimonialização de suas heranças culturais, com processos administrativos e legais de inventário e tombamento de seus marcos históricos. Além do patrimônio edificado, o rico patrimônio natural, protegido, também se apresenta em bom estado de conservação. Grave exceção é o estado de abandono em que se encontra o antigo Hotel Renascença que, por ser tombado, torna a municipalidade legalmente responsável por sua eventual ruína. Uma vez restaurado, poderá vir a abrigar o projeto de um centro municipal de memória e história cultural, pretendido pela municipalidade e pela comunidade.

Segundo a gestora pública entrevistada, as ações prioritárias que podem promover o desenvolvimento da cultura local são reforçar a identidade cultural através de projetos de valorização da cultura e da memória da comunidade.

Em termos de equipamentos aptos e adequados a abrigar sua memória cultural, o município dispõe, conforme já expressei, apenas de uma biblioteca pública, insuficiente para promover o acesso à informação e aos registros dos elementos concretos e/ou simbólicos do presente e do passado.

O Prefeito afirma não ter firmado nenhum acordo formal com a empresa Samarco, após o Evento. Mas testemunha que a empresa auxiliou na distribuição de água para os produtores rurais, prejudicados em suas lavouras. Foi ressaltado que a Prefeitura também solicitou ajuda em relação ao saneamento básico da sede e distritos, além da construção de poços artesanais. Entretanto, a demanda ainda não foi atendida; as ações não foram concretizadas e seguem em negociação, aguardando decisões.

### 4.3 Esporte e Lazer

Conselheiro Pena é um município que apresenta uma frágil estrutura de gestão da política voltada para o esporte e lazer, no qual este setor não se compõe em uma Secretaria Municipal exclusiva. Dessa forma, avalia-se que o Esporte e o Lazer não são tratados como prioridade no programa do Governo Municipal.

O entrevistado informou ainda que não existe uma dotação orçamentária específica para a Divisão de Esporte e Lazer destinado à promoção, fomento e ao apoio de ações para este setor. Foram encontradas informações quanto à participação deste município em apenas um programa promovido pela Secretaria de Estado de Esportes: Jogos Escolares de Minas Gerais.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que tem grande importância na organização e melhoria da gestão pública local, encontra-se inativo, impedindo, assim, a participação do município em programas que proporcionariam uma melhoria na arrecadação financeira. Dentre eles o ICMS Solidário – Critério Esportivo, o qual permitiria conseqüentemente, um aumento no investimento em atividades esportivas.

Além disso, a inexistência de um Fundo Municipal de Esportes e de um Plano Municipal de Esportes, bem como, de qualquer legislação que apoie e incentive uma política esportiva e de lazer municipal, embasam a fragilidade na gestão da política voltada para o esporte e lazer.

Entretanto, o representante municipal reconhece que o esporte é muito importante para o desenvolvimento de Conselheiro Pena, visto que através dele oportunidades são criadas para os jovens do município. Ele entende que a prática do Futsal, Futebol de Campo, Handebol e Skate é a maior potencialidade observada no município, contudo, a falta de incentivo financeiro foi citada como principal fragilidade para o desenvolvimento do esporte local.

O entrevistado novamente afirma que o lazer também é muito importante para o desenvolvimento social e econômico de Conselheiro Pena. Ele não soube responder quais seriam as potencialidades de lazer no município. E como fragilidade observada para o desenvolvimento do Lazer ele informou, mais uma vez, a falta de apoio financeiro.

Ainda de acordo com o entrevistado, as ações prioritárias que podem ser desenvolvidas no município para a promoção do desenvolvimento local no esporte e lazer são:

- Criação de uma Secretaria de Esporte autônoma;
- Contratação de professores de diversas modalidades esportivas, a fim de incentivar os alunos e oferecer aulas de esporte gratuitamente à comunidade;
- Recursos financeiros para melhor gestão da praça de esportes da cidade.

Além disso, para a valorização e fomento de ações locais voltadas para o Esporte e Lazer faz-se necessária uma reestruturação das prioridades da política municipal, capacitação profissional dos agentes públicos e mais investimento em projetos e programas para este setor, que tem como principal objetivo proporcionar qualidade de vida para a população.





Avaliação de impactos



## 5 Avaliação de Impactos

### 5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões

realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 18Tabela 1**Erro!**  
**Fonte de referência não encontrada..**

*Tabela 18 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão*

<b>Componente Ambiental</b>	<b>Impactos identificados</b>
<b>Turismo</b>	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
<b>Cultura</b>	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
<b>Esporte</b>	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada **Classificação dos Impactos**, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- **Efeito:** Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- **Origem:** Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- **Duração:** Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- **Abrangência:** Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- **Severidade:** É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 19 Modelo Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Descrição dos impactos		Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
		Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Setor Impactado	Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
	Impacto sobre atrativos turísticos											
	Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
	Impacto econômico no setor turístico											
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
	Impacto ambiental e na paisagem											

	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva												
<b>Cultura</b>	Impacto sobre Bens Imóveis												
	Impacto sobre Bens Culturais Imateriais												
	Impacto sobre Bens Móveis												
	Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural												
	Alteração de Costumes Locais												
	Alteração na Agenda Cultural												
<b>Esporte</b>	Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas												
	Alteração do Calendário Esportivo												
	Alteração de atividades de entidades esportivas												
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas												
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte												



<b>Lazer</b>	Impacto sobre Espaços de Sociabilização											
	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer											

Fonte: Expressão Sociomambiental, 2016.;

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (CARDOSO, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

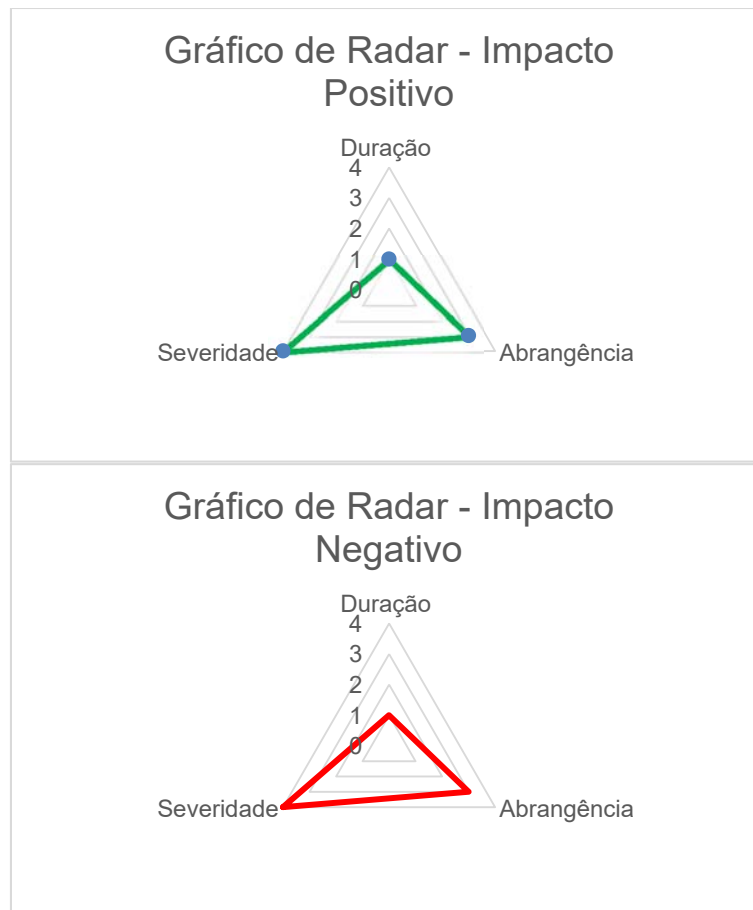
A figura abaixo apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.



*Figura 20 Modelo de Gráfico de Radar*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na a seguir:



*Figura 21 Exemplos de gráficos de radares de impactos positivos e negativos*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve

para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. a Figura 22 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

		Níveis de Severidade			
		1	2	3	4
Níveis de Magnitude	4				
	3				
	2				
	1				

Impacto pouco significativo

Impacto significativo

Impacto muito significativo

Impacto crítico

*Figura 22 Classificação da Significância de Impactos*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

## 5.1.1 Definições e Conceitos

### 5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).



### 5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

### 5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

#### 5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo aponta para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
  - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
  - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

#### 5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

##### 5.1.1.5.1 Turismo

**Impacto:** Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.

**Impacto:** Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

**Impacto:** Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

**Impacto:** Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;

- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

**Impacto:** Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

**Impacto:** Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

**Impacto:** Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

**Impacto:** Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;

- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

**Impacto:** Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

**Impacto:** Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

**Impacto:** Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

**Impacto:** Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;



- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

#### 5.1.1.5.2 Cultura

**Impacto:** Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

**Impacto:** Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

**Impacto:** Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);

- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

**Impacto:** Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

**Impactos:** Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

**Impactos:** Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

**Impacto:** Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

**Impacto:** Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

#### 5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

**Impacto:** Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

**Impacto:** Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

**Impacto:** Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

**Impacto:** Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

**Impacto:** Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

**Impacto:** Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

**Impacto:** Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.



#### 5.1.1.5.4 Lazer

**Impacto:** Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

**Impacto:** Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

## 5.2 Resultados

### 5.2.1 Impacto na Imagem do Município

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado os meios de comunicação e a ciência. As informações e mensagens difundidas, bem como os resultados dos estudos e pesquisas

realizadas revelam importantes aspectos sobre o Evento, mas podem, por outro lado, impactar negativamente a imagem dos municípios atingidos.

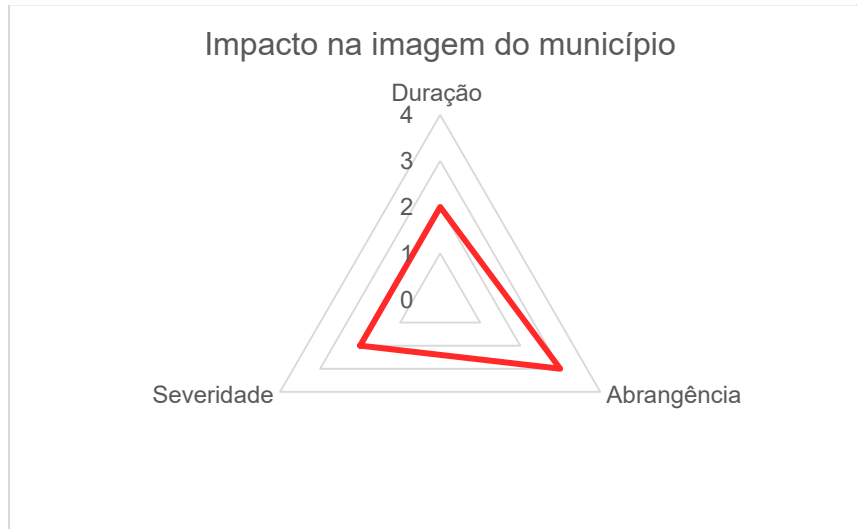
Para avaliar a repercussão do Evento e seus eventuais impactos na imagem do município foi elaborado um *clipping* de notícias por meio de pesquisas no principal sítio de busca da *internet*, o *google*, e também um recorte amostral da produção acadêmica.

Dentre as quatro matérias analisadas, três foram veiculadas em órgãos de alcance nacional e uma em órgão de em órgão regional. Em nenhuma delas há destaque ou abordagem específica sobre o município de Conselheiro Pena, o qual é mencionado em listas nas quais constam os nomes dos municípios diretamente atingidos pelos rejeitos da barragem de Fundão.

No âmbito da produção acadêmica foram analisados oito estudos, dos quais em dois há menção a Conselheiro Pena. Em uma delas, o caso de Conselheiro Pena é abordado em seção específica, na qual informa-se que o rio Doce parecia apresentar rejeitos em uma porção na qual havia sido coletada água para abastecimento dos municípios de Conselheiro Pena e Governador Valadares. O texto é acompanhado por uma fotografia registrada em Conselheiro Pena. No outro estudo, o município é citado em lista de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública, também à época do evento.

Consideradas as duas fontes de análise – jornalística e científica - infere-se que o impacto negativo na imagem do município de Conselheiro Pena pode ser considerado de médio prazo (2), abrangência municipal (3), e média severidade (2).

Gráfico 2 Impacto na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Face ao que se expôs avalia-se o impacto em tela como significativo (2).

### 5.2.2 Impacto Ambiental e na Paisagem

No trecho em que corta o município de Conselheiro Pena o Rio Doce e suas imediações compõem uma paisagem de beleza singular, pois, além da exuberância do curso d'água tem-se as diversas ilhas e as belas montanhas e vegetações que se avistam às suas margens.

O Evento gerou o carreamento de rejeitos na calha do Rio Doce, contaminando as suas águas. Para além dos impactos ambientais ocasionados por este fato, a paisagem da bacia foi alterada em muitos locais e trechos.

Em Conselheiro Pena a percepção deste impacto é um tanto evidente em razão da proximidade da sua sede urbana e da comunidade de Barra de Cuieté com a calha do rio Doce e dos diversos usos que a população faz deste bem natural. Nas caminhadas e passeios ciclísticos que ainda se realizam às suas margens ou nas atividades de pesca

esportiva amadora e de lazer, inclusive em suas ilhas, então interditas, a paisagem impactada desperta salta aos olhos e desperta diversos sentimentos.

Portanto, o Evento ocasionou um impacto de ordem físico-ambiental que repercute sobre os elementos da paisagem local, cotidianamente fruída pela população do município e visitantes em diversos tipos de uso.

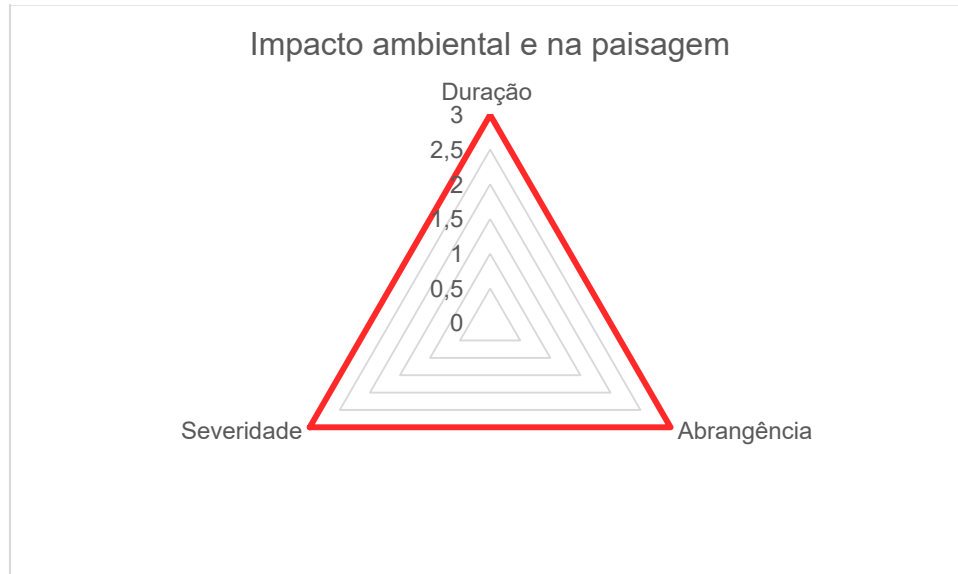


*Figura 23 Imagens do rio Doce no município de Conselheiro Pena*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Tem-se, pois, um impacto de natureza negativa (IN), diretamente decorrente do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (ID), de abrangência municipal (3) e longa duração (3). Considerando que o referido impacto afetou o ambiente e a paisagem de elevado valor sociocultural e simbólico para a comunidade considera-se o mesmo como de severidade média-alta.

Gráfico 3 Impacto Ambiental na Paisagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Face a abrangência e severidade do impacto em tela, avalia-se o mesmo como muito significativo (3).

### 5.2.3 Impacto Econômico no Setor Turístico

O setor do turismo em Conselheiro Pena sofreu impactos econômicos em três diferentes segmentos, a saber: fluxo turístico, serviços e equipamentos de alimentos e bebidas; e transportes turísticos.

#### 5.2.3.1 Fluxo turístico

Antes do Evento, Conselheiro Pena recebia um pequeno fluxo de turistas, notadamente de pescadores amadores e esportivos, bem como de religiosos, estes últimos atraídos pelas festas religiosas, templos e gruta locais.



O Evento interferiu sobre o fluxo de turistas no município e, conseqüentemente, sobre a ocupação hoteleira. Todavia, analisar as características da ocupação hoteleira é algo complexo, por tratar-se de um mercado muito segmentado. Cada localidade possui características particulares e a sazonalidade influencia diretamente no resultado final. Em locais onde houve algum tipo de impacto após o Evento essa dinâmica fica ainda mais complexa.

Os levantamentos de dados e informações em campo possibilitaram mensurar a taxa de ocupação hoteleira, por meio de entrevistas com empreendedores desse segmento econômico. Embora um dos empreendedores entrevistados tenha afirmado que nos três primeiros meses após o rompimento da barragem seu estabelecimento registrou aumento na taxa de ocupação, devido à presença de prestadores de serviço para a Samarco na região, outros empreendedores apontaram queda em tal taxa da ordem de 40%. Essa queda na taxa de ocupação teria ocasionado a redução de aproximadamente 30% no número de empregos diretos e indiretos gerados nos meios de hospedagem. E o fator determinante para tal declínio na taxa de ocupação seria a diminuição no fluxo de turistas.

### **5.2.3.2 Serviços e Equipamentos de Alimentos e Bebidas**

Os levantamentos de campo possibilitaram obter a informação de que, dentre os 26 empreendimentos do segmento de alimentos e bebidas inventariados em Conselheiro Pena, dois perceberam impacto negativo decorrente do Evento. Ao referenciar os impactos negativos sofridos, os empreendedores entrevistados apontaram a diminuição de clientes, dentre os quais pescadores; a falta de peixes para o comércio, e a desconfiança dos clientes em relação aos produtos e à água utilizada em suas preparações.

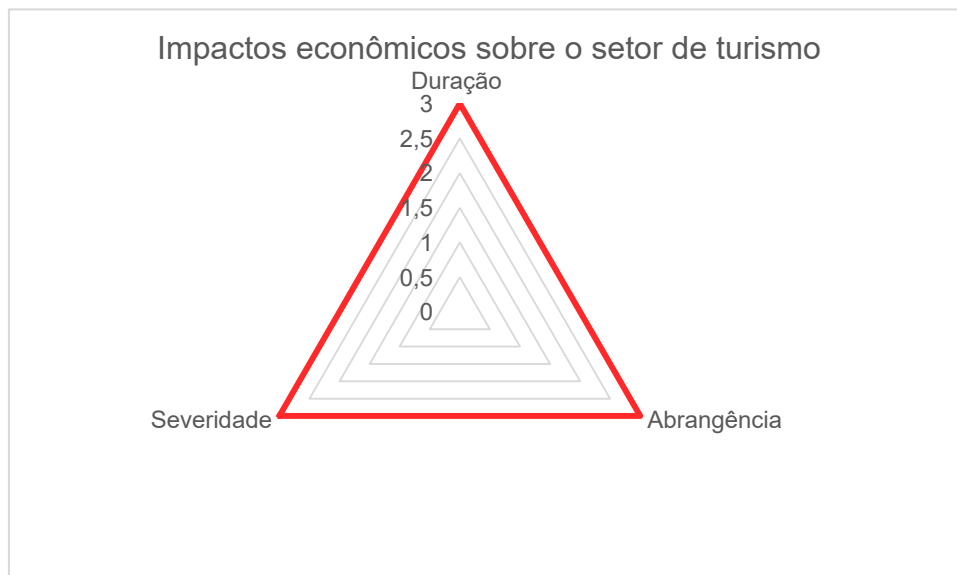
### **5.2.3.3 Serviços e Equipamento de Transportes Turísticos**

Os taxistas inventariados como prestadores de serviços de transportes turísticos em Conselheiro Pena avaliaram que sofreram perda da ordem de 30% no fluxo de usuários

e de arrecadação em decorrência da diminuição no quantitativo de pescadores amadores e esportivos que frequentavam a região. Com efeito, a diminuição no quantitativo de pescadores visitando o município impactou negativamente a prestação de serviço de transporte em táxi.

Avalia-se que os impactos econômicos no setor de turismo em Conselheiro Pena, notadamente sobre o fluxo turístico, sobre empreendimentos de alimentos e bebidas e sobre serviços de transporte turístico por meio de táxi, são de natureza negativa (IN) e indiretamente originados do Evento (II). Considera-se ainda que os mesmos são de abrangência municipal (3) e longa duração (3), uma vez que, estima-se, o restabelecimento da atividade de pesca amadora e esportiva no rio Doce demandará um período superior a cinco anos. Por terem gerado elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico, avalia-se como média-alta (3) a severidade do impacto em tela.

*Gráfico 4 Impactos econômicos sobre o setor de turismo*



Fonte: Expressão Socioambiental,2016

Consideradas a severidade e a abrangência do impacto sobre o setor econômico do turismo conforme analisadas acima, avalia-se o mesmo como muito significativo (3).

#### **5.2.4 Impacto em Atividades Turísticas Realizadas nos Cursos d'água e Imediações**

No trecho em que corta o município de Conselheiro Pena, o rio Doce se caracteriza pela presença de diversas Ilhas que, além de se destacarem na paisagem, se constituem em lugares de visitação por moradores e visitantes. Antes do Evento era comum que moradores e visitantes se deslocassem de barco até as referidas ilhas para passarem o dia em atividades de lazer, por vezes, fazendo churrasco e confraternizando.

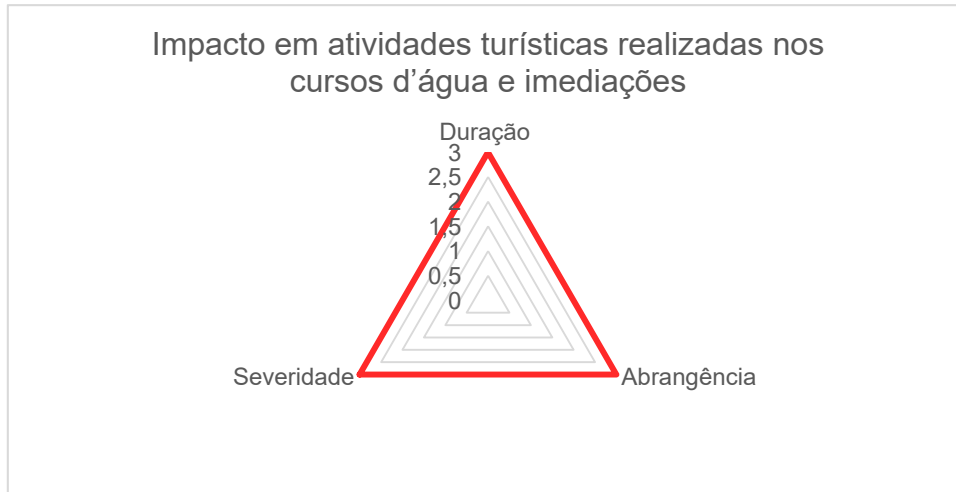
Soma-se a isso a interrupção da atividade de pesca amadora e esportiva, em função da poluição das águas do rio Doce e da mortandade de peixes, conforme relatou o gestor público, entrevistado da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo.

Portanto, as atividades turísticas realizadas nos cursos d'água – pesca amadora e esportiva, assim como a visitação às ilhas do Rio Doce para práticas de lazer – foram afetadas, dada a sua poluição decorrente do Evento.

Constata-se, desse modo, um impacto negativo que incidiu diretamente sobre o Rio Doce e, indiretamente, sobre as atividades turísticas realizadas em seu curso d'água e imediações, em Conselheiro Pena.

A análise dos aspectos supracitados possibilita afirmar que o impacto em tela é de natureza negativa (IN), indiretamente originado do Evento (II), de abrangência municipal (3) e longa duração (3), considerando que a sua mitigação demandará um período de tempo superior a cinco anos. A severidade do impacto em tela é avaliada como média-alta (3) porque o Evento afetou atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Gráfico 5 Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise das características do impacto em tela possibilitou afirmar que o mesmo é muito significativo.

### 5.2.5 Alteração do Cotidiano Comunitário Relativo ao Lazer

Em razão da proximidade física, a relação da população de Conselheiro Pena com o rio Doce é carregada por diversos usos e significados. O rio Doce é para a população local, notadamente as residentes na sede municipal e na comunidade de Barra do Cuieté, um fator importante em sua organização de espaço e de tempo.

O rio Doce e suas imediações são lugares de pesca, lazer, contemplação, prática de esportes, dentre outros usos. Em razão da sua expressiva beleza cênica, as margens do rio Doce eram muito utilizadas por ciclistas e caminhantes em práticas cotidianas de esporte e contemplação.

No curso d'água eram comuns a prática da pesca esportiva amadora e, de modo esporádico, a realização de passeios em caiaque e de remo. Também era comum

moradores e visitantes acessarem de barco as diversas ilhas formadas no rio Doce para passarem o dia em atividades de lazer, por vezes, fazendo churrasco e confraternizando.

Salienta-se que o rio Doce também margeia a comunidade de Barra do Cuieté, trecho onde pessoas costumavam nadar, bem como praticar a Pesca Esportiva amadora.

O rio Doce era ainda objeto de um evento de conscientização ambiental realizado por caiaqueiros, no qual os estudantes das escolas de Conselheiro se dirigiram à margem do rio para receberem informações educativas.

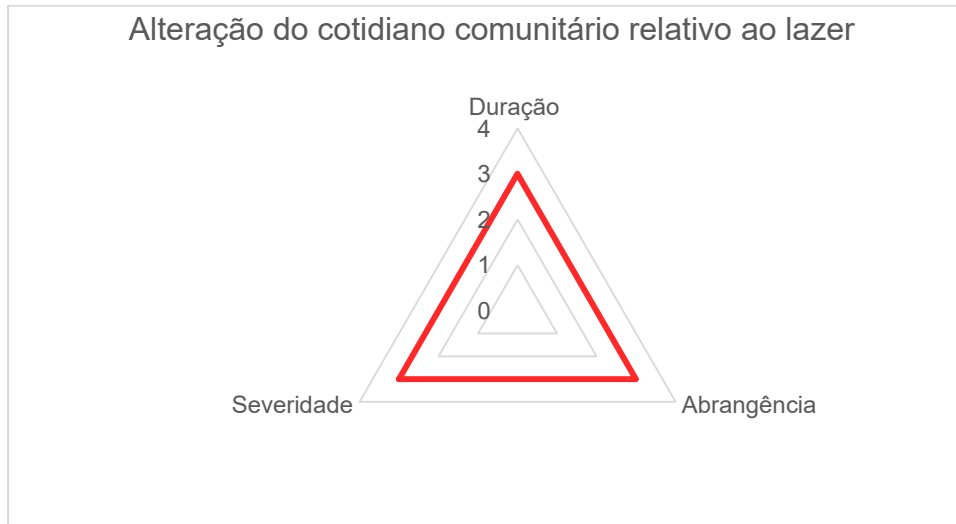
Desde o Evento, as atividades realizadas no curso d'água – pesca esportiva amadora, passeio de caiaque e travessia de barco para acesso às ilhas – foram interditadas. Por sua vez, as atividades realizadas às margens do rio, próximo à sede municipal, tais como caminhadas e passeios de bicicleta, continuam a ocorrer, embora os praticantes tenham relatado que “antes eram mais agradáveis”.

Também em relatos coletados em campo, os entrevistados afirmaram que a Samarco procurou dar apoio somente para pessoas que, de alguma forma, mantinham relação de subsistência com o rio e que, além disso, não houve quaisquer intervenções a fim de mitigar os problemas relacionados às atividades de lazer da comunidade.

Face aos aspectos ora descritos avalia-se o impacto em tela como de natureza negativa (IN), diretamente decorrente do Evento de rompimento da barragem de Fundão (ID), de abrangência municipal (3), e longa duração (3). Em razão de o cotidiano comunitário relativo ao lazer ter sido expressivamente alterado, considera-se a sua severidade como média-alta (3).



Gráfico 6 Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas a abrangência e a severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como muito significativo.

Tabela 20 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Descrição dos impactos	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
<b>Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento</b>	Repercussão na mídia regional e nacional sobre os feitos do Evento sobre o município	IN	IN	2	3	2	2	Capacitação e Promoção do Turismo Ações de fortalecimento institucional para a gestão das políticas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	1	1	1
<b>Impacto econômico no setor turístico</b>	Diminuição do fluxo turístico e da demanda por meio de hospedagem, de alimentos e bebidas e	IN	IN	3	3	3	3	Requalificação Ambiental	1	1	1

	serviços de táxi							Capacitação e Promoção do Turismo			
<b>Impacto ambiental e na paisagem</b>	Alteração da paisagem do rio e imediações	IN	ID	3	3	3	3	Requalificação Ambiental	1	1	1
<b>Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva</b>	Interdição de atividades de pesca amadora e de lazer nas ilhas	IN	IN	3	3	3	3	Requalificação Ambiental			
								Fortalecimento da Pesca Amadora	1	1	1
								Capacitação e Promoção do Turismo			
<b>Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer</b>	Interdição da pesca amadora, de banho, de atividades esportivas, e de lazer na ilha	IN	ID	3	3	3	3	Requalificação Ambiental			
								Fortalecimento da Pesca Amadora	1	1	1
								Revitalização de atividades de esporte e lazer nos municípios e			



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



**Créditos e Referências**



## 6 Créditos e Referências

### Entrevistados no Município

*Tabela 21 Lista de participantes de reunião institucional em Conselheiro Pena*

Nome	Nome do setor/órgão
<b>Roberto Balbino de Oliveira</b>	Prefeito
<b>Sônia Torres de Oliveira</b>	Secretaria de educação e cultura
<b>Getulio Abilio da Costa</b>	Divisão de esportes da secretaria de assistência social e esportes
<b>Luiz Antonio França Teixeira</b>	Secretaria e agricultura, meio ambiente e turismo.
<b>Márcia Aparecida Brum Pena</b>	Secretária municipal de educação e cultura
<b>Elizete Pereira de Assis</b>	Secretaria na divisão de cultura municipal
<b>Luiz Antonio França Teixeira</b>	Secretário municipal de agricultura, meio ambiente e turismo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### Equipe Técnica

*Tabela 22 Equipe Técnica*

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
<b>Maria Fernandes</b>	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Lucas Roque</b>	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Jaqueline Vilela Custódio</b>	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

<b>Aline Santos</b>	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Cláudio Letro</b>	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Sylvana Pessoa</b>	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Juca Villaschi</b>	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Ana Pacheco</b>	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Marcos Knupp</b>	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Suzana Fernandes de Paula</b>	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Lise Costa</b>	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Sidney Daniel Batista</b>	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Gabriel Alkmin</b>	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Raquel Guerra</b>	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Flávia Said</b>	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Sabrina Almeida</b>	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental

			Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Paula Boarim</b>	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Caroline Chaves</b>	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Rúbia Meireles</b>	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Marina Naves</b>	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Tiago de Jesus Brito</b>	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Moacir Salles</b>	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Maria Cecília Pedrosa</b>	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Laetitia Jourdan</b>	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Victor Massini</b>	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Bianca Aparecida Fonseca</b>	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Sara Christina do Nascimento</b>	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Shirley Maclane Nunes Brito</b>	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

<b>Bárbara Natali Soares Guimarães</b>	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Lucas Motta</b>	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Laura Esther Silva Barbosa</b>	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Tatiane Carvalho Bispo</b>	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Mariene Luiza da Rocha</b>	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Maele Fernanda de Almeida</b>	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco</b>	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Douglas André Rinco</b>	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Ronilson Breder</b>	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Verônica Gonzaga Oliveira Gomes</b>	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Jéssica Camila Rocha de Azevedo</b>	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

## Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2017.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BRASIL MINISTÉRIO DA CULTURA, CADERNOS DE ORIENTAÇÃO PARA OS ESTADOS, 2012. DISPONÍVEL

EM:[HTTP://WWW.CULTURA.GOV.BR/DOCUMENTS/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64](http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64). ACESSO: 20/01/2017.

CONSELHEIRO PENA. SÍTIOS ELETRÔNICO DA PREFEITURA: ENDEREÇO: <http://www.conselheiropena.mg.gov.br/>. Acesso em: 20/01/2017.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2016.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. CONSELHEIRO PENA [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR/](http://imrs.fjp.mg.gov.br/), VISITADO EM 10/12/2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FUTURA, MATRIZ DE HIERARQUIZAÇÃO DE INICIATIVAS, 2016.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=\\_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_EN). ACESSO EM: 10/01/2016.

IDENTIDADES E TECNOCIÊNCIA. GIAIA – GRUPO INDEPENDENTE PARA AVALIAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.



INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA EXERCÍCIO 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/icms/pontuacao-definitiva-exercicio-2017.pdf). VISITADO EM 8/12/16.

LEMM – LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO MOVIMENTO MIGRATÓRIO. LEIDETEC – LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE

MINAS GERAIS, 2013. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL CONSELHEIRO PENA. DISPONÍVEL EM: [IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br). ACESSADO EM 27.11.2016.

MINAS GERAIS, FISCALIZANDO COM O TCE, DISPONÍVEL EM: [HTTP://FISCALIZANDOCOMTCE.TCE.MG.GOV.BR/](http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/). ACESSO EM: 20/12/2017.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSADO EM 28.11.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO\\_SOBRE\\_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/). ACESSO EM: 13/01/2016.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016. DISPONÍVEL EM: [<HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/>](http://esportes.mg.gov.br/) ACESSO EM: 26/11/2016

PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IGBE, 2014.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA.

RIBEIRINHOS DO BAIXO RIO DOCE - RELATÓRIO PRELIMINAR. JANEIRO/ JULHO. MIMEO. 2016

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 25/10/2016

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009. DISPONÍVEL EM:

< [HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas)  
>. ACESSO EM: 23/11. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:  
[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 13/01/2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.